

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL– MESTRADO**

LEONARDO FURQUIM FERNANDES

**CONCEPÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE UM PARQUE URBANO EM
PRESIDENTE KENNEDY-ES**

VITÓRIA, ES

2021

LEONARDO FURQUIM FERNANDES

**CONCEPÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE UM PARQUE URBANO EM
PRESIDENTE KENNEDY-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Profa. Dra. GisseleCarraro

Área de concentração: Políticas de Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local

Linha de pesquisa: Processos de Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

VITÓRIA, ES

2021

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

F363c Fernandes, Leonardo Furquim
Concepções sobre a utilização de um parque urbano em
Presidente Kennedy – ES / Leonardo Furquim Fernandes - 2021.
71 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Gissele Carraro

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento
Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
de Vitória, EMESCAM, 2021.

1. Parques urbanos - implantação. 2. Desenvolvimento
urbano. 3. Comunidade – espaço urbano. 4. Política urbana. I. .
II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDD 711.558

LEONARDO FURQUIM FERNANDES

**CONCEPÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE UM PARQUE URBANO EM
PRESIDENTE KENNEDY-ES**

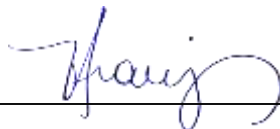
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovado em 20 de agosto de 2021.

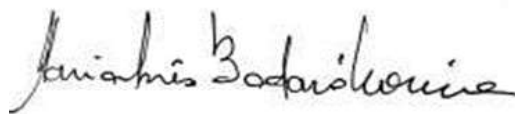
BANCA EXAMINADORA



Professora Doutora Gisele Carraro
Presidenta/Orientadora
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória – EMESCAM



Professora Doutora Maristela Dalbello Araujo
Examinadora Interna
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória – EMESCAM



Professora Doutora Maria Inês Badaró Moreira
Examinadora Externa
Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

Dedicado à comunidade de São Paulo, Presidente Kennedy-ES, que despertou, me deixando inquieto, sendo imprescindível para a elaboração desse trabalho. Sem esse território isso não seria possível.

Ao meu filho, por ter me dado uma nova data de nascimento, me permitindo ver a vida pela ótica do pai.

Mais um dia vivo, mais um dia agradecido pela bolsa de Mestrado que ganhei do Município.

Mais um dia vivo, mais um dia agradecido Pelas “mué” da minha vida que me ajudou a não ter desistido e ser inventivo.

Fiz da praça minha caça e mostrei que quando esta desativada gera até doença transmissível.

Mais um dia peço para o meu Kaêzito
Que não perca o seu caminho,
E não faça as trapaças para não virar Zé Povinho.

Mais um dia enalteço
Todos aqueles que são meus padrinhos
Seja professores ou Furquins
Por terem me colocado no caminho.
Mais um dia vivo

Mais um dia agradecido
As cicatrizes que contive
E a todos os meus convívios.

Obrigado Vida!
Obrigado “Terreninho”!
E quem sabe lá um dia eu possa ter o meu
Parquinho!

É difícil para um menino brasileiro, sem consideração da sociedade, crescer um homem inteiro, muito mais do que metade. Fico olhando as ruas, as vielas que ligam meu futuro ao meu passado e vejo bem como driblei o errado, até fazer taxista crer que posso ser mais digno do que um bandido branco e becado. Falo querendo entender, canto para espalhar o saber e fazer você perceber que há sempre um mundo, apesar de já começado, há sempre um mundo pra gente fazer. Um mundo não acabado, um mundo filho nosso, com a nossa cara. O mundo que eu disponho agora foi criado por mim, euzin, pobre curumim, rico, franzino e risonho, sou milionário do sonho.

(Emicida, "Milionário Do Sonho". O Glorioso Retorno De Quem Nunca Esteve Aqui).

RESUMO

Os parques urbanos são imprescindíveis para o desenvolvimento humano, pois favorecem a realização de atividades físicas, a qualidade de vida e, por conseguinte, a saúde mental. A inserção de parques urbanos nas comunidades demanda a participação dela no processo de sua idealização e construção. Nesse sentido, este estudo objetivou analisar as concepções sobre a utilização e construção de um parque urbano na comunidade de São Paulo, em Presidente Kennedy-ES, e, mais especificamente, identificar os principais aspectos que devem estar presentes em um parque urbano e analisar os principais aspectos inerentes à utilização do parque urbano pelos participantes. Foi realizada pesquisa qualitativa fundamentada em perspectiva etnográfica, com utilização de diários de campo e entrevistas com roteiro semiestruturado. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática, possibilitando sete categorias temáticas: construção do parque; lazer; esporte; família; natureza; atividades realizadas nas horas vagas; e problemas de um parque urbano. A discussão dessas informações situou o lazer como principal aspecto neste contexto, sinalizando para a urgência de sua democratização. O lazer se articula a diversos aspectos benéficos ao cotidiano, devendo ser valorizado como política pública constituída de ações e equipamentos direcionados à diversidade de públicos. Aqui se sugere que este trabalho seja divulgado em esferas públicas, em contextos sobre desenvolvimento das cidades, desenvolvimento humano, alternativas de enfrentamento a problemas sociais, entre outros. A divulgação em formato de devolutiva para os moradores, ou informativo para a população, marcaria o seu florescimento, contagiando diferentes atores, como políticos, acadêmicos e habitantes da cidade, na criação de espaços urbanos de lazer.

Palavras-chave: Concepções; Parques urbanos; Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

Urban parks are essential for human development, as they favor the performance of physical activities, quality of life and, consequently, mental health. The insertion of urban parks in communities demands their participation in the process of their idealization and construction. In this sense, this study aimed to analyze the social conceptions about the construction and use of an urban park in the community of São Paulo, in Presidente Kennedy, ES, and more specifically, to identify the main aspects that must be present in an urban park and to analyze the main aspects inherent to the use of the urban park by the participants. Qualitative research was carried out based on an ethnographic perspective, using the field and discovery with a semi-structured script. Data were identified through Thematic Content Analysis, enabling seven thematic categories: construction of the park; leisure; sport; family; nature; activities carried out in free time; and problems of an urban park. The discussion of this information placed leisure as the main aspect in this context, signaling the urgency of its democratization. Leisure is linked to several beneficial aspects of daily life, and should be valued as a localized public policy of actions and equipment aimed at the diversity of users. Here it is suggested that this work be published in public spheres, in events about the development of cities, human development, alternatives for facing social problems, among others. Finally, to publicize this work in the form of feedback to residents, presenting the results to the population, would mark its flowering, encouraging various actors, such as politicians, academics and city dwellers, in the creation of urban spaces for leisure.

Keywords: Conceptions; Urban parks; Human development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As casas de São Paulinho	23
Figura 2 - O ginásio e a escola em São Paulinho	24
Figura 3 - O acesso a São Paulinho.....	25
Figura 4 - Unidade da Guarda Civil Municipal desativada.....	26
Figura 5 - A pracinha e suas reais condições.....	27
Figura 6 - O campo de futebol.....	27
Figura 7 - Estrutura da praça.....	28
Figura 8 - Rodovia em São Paulinho.....	29
Figura 9 - O “minimercado”	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 A TRILHA PERCORRIDA: PORQUE E COMO SE CAMINHOU	14
1.2 ASPECTOS ÉTICOS E O RETORNO DA PESQUISA	19
1.3 ETNOGRAFIA NAS RUAS DE SÃO PAULINHO: TEMPORALIDADES COTIDIANAS VIVENCIADAS PELO PESQUISADOR.....	22
1.3.1 Cenários da Pesquisa	22
1.3.3 Percepções Subjetivas do Pesquisador.....	32
2 A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA.....	37
2.1 PARQUES URBANOS COMO ASPECTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	41
2.2 A DEFESA DA CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE URBANO NA COMUNIDADE DE SÃO PAULINHO: A POSSIBILIDADE DE DIVERSÃO E ARTE.....	41
2.2.1 A construção de um parque urbano	42
2.2.2 Atividades realizadas nas horas vagas	45
2.2.3 A convivência familiar e comunitária	46
2.2.4 O contato com natureza.....	48
2.2.5 Dificuldades apontadas pelos entrevistados quanto à construção do parque	50
2.2.6 O parque urbano como espaço de lazer e esporte	52
2.2.6.1 <i>Lazer</i>	52
2.2.6.2 <i>Esporte</i>	53
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE.....	66
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	66
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	67

1 INTRODUÇÃO

*Chegou fim de semana todos querem diversão
Só alegria nós estamos no verão, mês de janeiro
São Paulo, zona sul
Todo mundo à vontade, calor céu azul
Eu quero, aproveitar o sol
Encontrar os camaradas para um basquetebol.*

(“Fim de semana no parque”, Racionais MC)

Os parques urbanos são espaços imprescindíveis para o desenvolvimento humano, pois favorecem a realização de atividades físicas, as quais possibilitam a redução do sedentarismo e promoção do bem-estar, da qualidade de vida e, por conseguinte, contribuindo para a saúde mental e sociabilização da comunidade. Isso evidencia a importância de tais espaços inseridos nas comunidades, demandando a participação dela no processo de sua idealização e utilização (FERREIRA, 2007; SZEREMETA; ZANNIN, 2013).

É possível afirmar a inexistência de relação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, uma vez que, o tema “desenvolvimento” envolve a participação de diferentes saberes e fatores, como os sociais, culturais e políticos. O desafio da sociedade atual é possibilitar novos sujeitos sociais que se apropriem da complexidade ambiental, focando o desenvolvimento sustentável e a participação social, estabelecendo um novo perfil de desenvolvimento e sustentabilidade urbana (JACOBI, 2003; LOBODA; DE ANGELIS, 2005; FERREIRA, 2007; ONU, 2015).

O ano de 2020 ficará marcado pela incidência da covid-19, pandemia que surpreendeu o mundo, promovendo novos comportamentos, assim como, o distanciamento social e ilustrando uma possível relação entre esta doença e o capitalismo (SILVA; MINAYO; GOMES, 2020). Trata de um importante momento histórico que propicia uma série de reflexões, tendo em vista, que o próprio sistema capitalista foi abalado com a pandemia, já que a lógica da competição e do individualismo foi ultrapassada, dando espaço, em alguns contextos, para um comportamento cooperativo e solidário. A luta pela sobrevivência se fez mais presente, revelando que não há outro valor maior em uma sociedade senão o da

sobrevivência. A crise provocada pela covid-19 demonstrou a importância da coordenação e organização de ações governamentais, como propostas políticas que compreendem que o plano de feitorias de uma cidade, dos governados, não pode ser diferente do plano de feitorias dos governantes. A estruturação de respostas, realmente suficientes, para o tratamento dos inúmeros desafios e problemas vivenciados pelas cidades, tem sido prestado de forma carente por parte dos organismos públicos.

Desse modo, o intuito desse trabalho é discutir o desenvolvimento, sobretudo, o bem-estar da população, o desapeço as necessidades tocantes ao lazer, aos espaços de socialização e bons convívios, consideradas imprescindíveis para o incremento da qualidade de vida, no propósito de conceber prosperidade territorial e melhoramento dos espaços públicos. Essa premissa se alinha com certo número de metas propostas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conjunto de negociações concluídas pela Cúpula das Nações Unidas, em 2015, emanando orientações políticas para uma agenda no período entre 2015 a 2030 (BRASIL, 2020a).

Um dos objetivos desse acordo sinaliza o dever em “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”, tendo como compromisso de “até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países” (BRASIL, 2020a, s/p).

Posto isso, ganha importância os estudos que visam contribuir para o aprimoramento das políticas que tratam de atender as necessidades sociais dos habitantes, “o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes” (BRASIL, 2020a). Ofertar, no entanto, condições, modos e recursos para o desenvolvimento cívico, favorecendo a recuperação ambiental, a renovação urbana e, sobretudo, um *habitat* que oportunize boas vocações para o processo de socialização, condiz com a análise de Harvey (2013), ao atestar que, ao criar a cidade, há possibilidade de o homem recriar a si próprio, compreensão também consentida nesse projeto.

O ano de 2020 confirmou que a falha de governança está entre as principais causas de uma crise social – a qual se alinha com diversas crises, como a econômica, ambiental, política, entre outras – convocando uma prática de gestão preocupada com

a redução das vulnerabilidades da população e conferindo formas para que as classes sociais baixas encontrem modos para desenvolver melhorias em sua qualidade de vida, o que envolve a revisão dos indicadores quando o assunto é desenvolvimento (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

A ideia de implantação de um parque urbano iniciou ao considerar a crescente necessidade de espaços livres, quando o pesquisador percebeu o quanto esse modelo de ambiente se constituía como um tipo de fármaco para a redução dos problemas da cidade, em específico da sua comunidade. Preconizar um mundo com mais qualidade de vida pressupõe que a sociedade do bem-estar esteja acima da sociedade do consumo e, parques urbanos, imprimem uma série de funcionalidades, que convergem em direção ao lazer, ao encontro entre pessoas, cooperando para a socialização dos habitantes, com áreas de livre circulação e apropriação, o que corresponde à consumação de um pertencimento social sadio (SILVA; LOPES; LOPES, 2011).

Diante disso, formulou-se o seguinte **problema de pesquisa**: Quais as concepções da comunidade de São Paulo sobre parques urbanos? Para responder a essa questão, definiu-se como **objetivo primário (geral)**: analisar as concepções sobre parques urbanos que permeiam na comunidade de São Paulo em Presidente Kennedy-ES, visando contribuir com subsídios para o aprimoramento da política de desenvolvimento urbano em acordo com as necessidades sociais dos habitantes locais.

Do objetivo primário (geral) desmembraram-se os **objetivos secundários (específicos)** que seguem: conhecer as concepções sobre os parques urbanos; identificar, por meio das concepções, os principais aspectos que devem estar presentes em um parque urbano; apreender as concepções sobre os principais aspectos inerentes à utilização do parque urbano.

1.1 A TRILHA PERCORRIDA: PORQUE E COMO SE CAMINHOU

Em todo trabalho científico, a metodologia se constitui parte elementar e, neste trabalho, utiliza-se o conceito de dialética para atingir os objetivos: “uma das maneiras mais centrais da dialética é reconhecer a essencialidade da prática histórica, ao lado da teoria, não aceitando a disjunção entre estudar problemas sociais e enfrentar problemas sociais” (DEMO, 1995, p. 101).

No contexto da dialética, na pesquisa científica, o pesquisador social assume como campo de estudo uma determinada realidade social para dar luz, posteriormente, aos problemas comunitários existentes, buscando junto com a comunidade formas de superação (DEMO, 1995).

A pesquisa científica se refere a um recorte de uma realidade, mas, ao mesmo tempo, se constitui a partir da criação do pesquisador, isto é, não se isenta de valores morais (LUNA, 1997), por exemplo, o fato de uma comunidade ser objeto de estudo vem do interesse de conhecer este lugar, as relações estabelecidas e as concepções dos habitantes sobre a utilização de um parque urbano. Contudo, mesmo partindo de interesses pessoais, o método deve seguir etapas rigorosas e estar bem descrito, assim como, deve estar alinhado aos pressupostos teóricos, igualmente escolhidos por quem elabora a pesquisa.

Para responder aos objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa fundamentada pela perspectiva etnográfica em uma comunidade onde foi facultada a construção de um parque urbano. Com base em Flick (2009), a pesquisa qualitativa permite a compreensão e descrição de fenômenos previamente selecionados pelo pesquisador. Nesse sentido, na abordagem qualitativa, são analisadas experiências, interações, concepções e práticas cotidianas, entre outras possibilidades.

Foi utilizada a perspectiva etnográfica como fundamento teórico e metodológico para guiar a prática de campo. De acordo com Günther (2006), a pesquisa qualitativa, amparada pela etnografia, proporciona observar o comportamento social e como este “ocorre naturalmente em âmbito real” (p. 204). A pesquisa se refere a um recorte da

realidade, e, fundamentada na perspectiva etnográfica, oportuniza o conhecimento sobre o cotidiano em que os participantes se inserem e vivenciam.

Foram utilizadas entrevistas com roteiro semiestruturado, observações etnográficas e imagens como recursos de coleta de dados. Angrosino (2009) relata que as entrevistas com roteiro semiestruturado possibilitam a aquisição de informações específicas a partir do tópico estruturado previamente, mas não deixa de apresentar certa flexibilidade, diante da possibilidade de incorporar outras temáticas que surjam nas respostas dos participantes. Para Fraser e Gondim (2004), as entrevistas permitem que os atores sociais discurssem e apresentem suas percepções sobre o cotidiano, o que se mostra importante, já que as concepções sobre determinados fenômenos orientam as ações e comportamentos diante dele.

Para Angrosino (2009), a observação etnográfica se refere aos cinco sentidos do pesquisador, isto é, vai além da mera expectativa, já que o pesquisador acaba participando, de certa forma, do contexto pesquisado. Nesse caminho, as observações devem ser registradas em diários de campo. Conforme Ribeiro Neto e Avellar (2018, p. 90): “os diários de campo são ferramentas importantes na pesquisa etnográfica, onde cabem elementos mais objetivos, como a descrição do local e das relações estabelecidas pelo pesquisador, como também aspectos mais subjetivos, no que se refere às emoções e sentimentos.

Rocha e Eckert (2014) entendem as imagens oriundas das práticas etnográficas como recursos que oportunizam descrever e interpretar as diversidades culturais, além de servir como documento histórico que preserva a memória de um processo, no caso desta pesquisa, de construção de um parque urbano. Segundo as autoras:

Dialogar em torno das imagens a serem captadas, os pontos de observação, os lugares de escuta, as disposições técnicas (luz, enquadramento, plano de proximidade até um close) implicam em concordâncias, em rejeições, em negociações, em consentimentos das pessoas implicadas no drama da pesquisa até as frustrações em face do roteiro guia imaginado e interrompido pelas recusas e os imponderáveis da pesquisa, ou as expertises em face do imprevisto e da emoção (ROCHA; ECKERT, 2014, p. 13).

Neste estudo, as imagens foram utilizadas como recurso metodológico e complementares às entrevistas e observações. As imagens foram registradas pelo próprio pesquisador, em momento posterior ao término da pesquisa de campo. O registro das imagens foi direcionado para captar os cenários da pesquisa, incluindo a praçinha, estabelecimentos comerciais, ginásio, as casas populares e os acessos à comunidade.

A pluralidade de instrumentos de coleta de dados e, especificamente, a utilização de imagens, demonstra a criatividade presente neste estudo, contudo, sem perder o rigor metodológico necessário na produção científica. Camargo-Borges (2020) debate a relação entre criatividade e pesquisa científica, discorrendo, nesse contexto, sobre a necessidade da produção de conhecimento sobre famílias e comunidades que utilize metodologias criativas, mas que, ao mesmo tempo, seja fundamentado em rigor metodológico. Assim, neste estudo foi almejada a utilização de imagens associadas às entrevistas e observações, no intuito de atingir certa criatividade, mas seguindo a sistematização metodológica a partir de consistente fundamentação teórica.

Foram realizadas nove entrevistas, sendo que a maioria foi individual, mas algumas delas contaram com a participação de casal ou grupo de três pessoas, as quais, no momento da coleta de dados, estavam juntas na comunidade pesquisada, participando, assim, um total aproximado de 18 pessoas, no contexto destas nove entrevistas. Os participantes da pesquisa são habitantes de um loteamento de interesse social (LIS), constituído de 66 casas populares, na comunidade de São Paulo, município de Presidente Kennedy-ES, localidade onde presume a construção de um parque urbano e é conhecida como “São Paulinho”. Vale destacar que, o pesquisador reside nesta localidade, contudo, em uma região nas proximidades de onde estão as casas populares e é almejada a construção do parque urbano. Além disso, já atuou junto ao professor de capoeira da região, e como psicólogo na Unidade Básica de Saúde, o que facilitou a familiarização com o local da coleta de dados.

No ano de 2019, o Município e o Ministério Público Estadual assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em função das irregularidades em obter prévio licenciamento ambiental à construção de sessenta e seis casas populares na

localidade de São Paulo, zona rural de Presidente Kennedy, área de preservação permanente. Nesta TAC, o município se compromete a realizar um conjunto de “intervenções finais relativas ao sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, a construção de uma área verde no município e ainda a plantação de três mil mudas de árvores, dentre outras ações ambientais e urbanísticas” (PRESIDENTE KENNEDY, 2020, p. 02).

O estabelecimento do fechamento da amostra ocorreu por saturação teórica, ferramenta conceitual empregada quando o pesquisador vai a campo desprovido de pré-categorias, explícitas, usualmente utilizada em estudos etnográficos (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). No entanto, os critérios da amostragem ocorreram por redundância dos dados obtidos, técnica de interrupção da amostra empregada, no caso, suspensão de inclusão, quando os dados obtidos possam apresentar, na análise do pesquisador, certa prolixidade ou repetência, não sendo mais classificado como significativo o prosseguimento da coleta de dados (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Em concomitância com a perspectiva etnográfica, foram utilizados registros de diário de campo e entrevistas com roteiro semiestruturado (Apêndice A), perguntando aos participantes, de forma geral, suas concepções sobre sua utilização do parque urbano. Como recurso para o desenvolvimento das entrevistas, foi utilizado um conjunto de imagens de parques urbanos de diferentes cidades do Brasil. O emprego de imagens na pesquisa qualitativa oferece um registro “poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos materiais” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 137). Compartilha-se do entendimento de que o emprego de imagens fotográficas possui “aplicações potenciais para a pesquisa” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 141), auxilia na produção de concepções e significados, “criando um trabalho de ‘construção’ partilhada, em que pesquisador e entrevistado podem falar juntos, talvez de uma maneira mais descontraída do que sem tal estímulo” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 143).

A pesquisa qualitativa encontra no trabalho de campo as manifestações e expressões que oportunizam uma relação com aquilo que temos interesse em conhecer e estudar,

bem como a possibilidade de construção do conhecimento partindo da realidade presente em campo (CRUZ NETO, 1994).

Em um primeiro momento, foram realizadas visitas ao local da pesquisa, fazendo as observações e os registros em diário de campo, visando à entrada em campo e a adequação do roteiro de entrevistas a serem empregadas após essa primeira etapa. O comparecimento ao local ocorreu para conhecimento de possíveis participantes, estabelecimento de laços para, posteriormente, serem realizadas as entrevistas. Nesse momento, a ideia era a de que, com até três visitas ao local, fosse possível a obtenção de informações que possibilitassem responder aos objetivos. As visitas iniciais, portanto, objetivaram a aproximação e a concessão de vínculos com as pessoas do local.

As entrevistas foram realizadas a partir da segunda visita a campo, durante um período de três meses, tendo durado aproximadamente 30 minutos. Em geral, os participantes foram abordados com antecedência de alguns dias para apresentação da pesquisa e solicitação da participação e, posteriormente, com o retorno ao campo, foram gravadas as entrevistas em equipamento de áudio. Durante a prática de campo, outras pessoas eram abordadas, sendo solicitada a participação, constituindo novos participantes.

Os registros em diário de campo foram realizados posteriormente às práticas de campo, incluindo informações que descrevem o cenário de estudo, as relações estabelecidas com os participantes e as percepções pessoais do pesquisador. Pelo fato de a etnografia ter sido realizada no momento de uma pandemia, ressalta-se que o pesquisador utilizou máscara quando interagiu com os participantes, assim como, gravou as entrevistas com distância de aproximadamente dois metros dos participantes, em uma localização nem tão de perto, para evitar possíveis transmissões do covid-19, nem tão de longe, a ponto de inviabilizar a gravação e posterior transcrição destas.

As informações provenientes das entrevistas foram transcritas integralmente e analisadas mediante a técnica de Análise de Conteúdo Temática (ACT). Para Minayo

(2004), a ACT se direciona aos “os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (p. 209).

A ACT possibilita a análise das informações a partir de três etapas: a primeira compreende a leitura repetida do material transcrito, possibilitando familiarização com o conteúdo apresentado; a segunda permite o recorte em registros e unidades temáticas; e a terceira oportuniza a interpretação pela formação de categorias temáticas. As unidades temáticas foram sintetizadas por meio da decomposição do conjunto de mensagens, a partir de fragmentos contextualizados, trechos significativos, frases, orações ou conotações que possuem correspondência entre si (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997; MINAYO, 2004).

1.2 ASPECTOS ÉTICOS E O RETORNO DA PESQUISA

O projeto de pesquisa foi submetido ao Sistema CEP-CONEP, por meio da Plataforma Brasil, e obedecerá às diretrizes da Resolução 466/2012 sobre pesquisa com seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde. No presente momento, encontra-se em apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam). Depois de aprovada, ocorrerá a apresentação do pesquisador e dos objetivos da pesquisa aos prováveis participantes, os quais deverão ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) consentindo em sua participação. Posteriormente, foi dado o início das entrevistas, com sua gravação em áudio.

No que tange aos benefícios que a pesquisa poderá oportunizar, citam-se duas premissas. A Constituição Federal do Brasil (CF) estabelece em seu artigo 182: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, almeja-se fortalecer a garantia do bem-estar expresso na CF, assim como, possibilitar o direito à saúde, estabelecido em seu artigo 196, o qual é dever do Estado e deve ser efetivado mediante políticas sociais.

Além disso, a produção de conhecimento científico a partir das concepções de habitantes locais permite a fundamentação de políticas de desenvolvimento urbano que atendam às demandas da comunidade estudada.

Pelo fato de se constituir como pesquisa social de abordagem qualitativa, é inviável estabelecer qualquer previsão sobre os resultados. Mesmo assim, aqui se espera que a pesquisa forneça subsídios para a criação de novas políticas de desenvolvimento social alinhadas às particularidades locais, que atendam a demanda comunitária em relação à utilização do parque urbano. Além disso, esta pesquisa permite a ampliação do material teórico sobre parques urbanos, cuja metodologia poderá ser replicada em outros contextos.

O ato de pesquisa tem como premissa que sua proposta jamais venha sobrepor a voz de um grupo popular, ficando evidente a prudência do projeto em não ser proveniente de um plano ou de uma atividade política, que despreza as necessidades significativas, próprias dos cidadãos e sim portar princípios deliberados nas bases das políticas públicas, consagrando a produção do conhecimento mediante uma pesquisa dirigida de forma metodológica, corrente em um campo prático e teórico (DEMO, 1995). Nessa linha, a pesquisa científica tem o potencial de transformar uma dada realidade, ou manter esta mesma realidade, dependendo dos interesses do pesquisador. Assim, a pesquisa precisa se fundamentar em uma relação de diálogo e comunicação entre todos os atores envolvidos (DEMO, 2006).

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa interventiva, pois se fundamenta em uma relação diálogo entre o pesquisador e os participantes membros de uma comunidade. De acordo com Baptista, Noguchi e Calil (2006, s/p), apesar de possuir influência da pesquisa-ação e da pesquisa participante, a pesquisa interventiva, por sua vez, “ênfatisa os aspectos psicológicos tanto na aplicação da proposta quanto no conhecimento dos participantes, nas relações que são estabelecidas entre participantes e pesquisadores e também na compreensão, análise e exposição do conhecimento produzido”.

Assim, esta pesquisa possibilitou momentos nos quais foi estabelecida interação com os participantes, não apenas coletando informações, mas com compartilhamento de informações e saberes. Além disso, o pesquisador possui relação com a comunidade pesquisada, por experiências anteriores de atuação profissional na região e por residir nas proximidades do campo da coleta de dados (BAPTISTA; NOGUCHI; CALIL, 2006), estas informações sinalizam o caráter interventivo deste estudo.

Essa relação de familiaridade, proporcionada pela pesquisa interventiva, como foi o caso da presente pesquisa, é importante não somente pela troca de informações e estabelecimento de vínculos com a comunidade – aspectos imprescindíveis para o estabelecimento das ações em saúde – mas, especialmente, pela utilização da ciência em favor dos direitos sociais. Grande parte do que a sociedade possui como ciência, como saber, pode ser considerada como produto de pesquisa, sendo que as pesquisas sobre as concepções são responsáveis por estabelecer parâmetros para ações das organizações públicas e privadas. Nesse sentido, diversas são as instituições que incentivam e patrocinam projetos de pesquisa, cujo objetivo é conhecer as condições de vidas, motivações e aspirações de grupos sociais propensos a comportamentos contestáveis (FREIRE, 1981; ECHEGARAY, 2001).

Considerando a importância do ato de pesquisa, cuja proposta jamais poderá estar superior a voz de um grupo popular, é válido destacar a diferença de uma ação oriunda de uma atividade política e uma ação originária de uma política pública, na qual, consagrar o trabalho mediante uma pesquisa é a forma encontrada para produzir conhecimento ao longo de um processo metodológico. Nesse sentido, é oportuno argumentar que a pesquisa deve ser constituída por situações de diálogo, em que as partes envolvidas participem da forma mais igualitária possível na construção do conhecimento, já que, pesquisar é também uma ação de exercício de poder (DEMO, 1995, 2006).

Portanto, encontrar, descobrir e construir formas de intervir na realidade, veiculando um saber capaz de capturar o direito de manifestação, a opinião popular de entendimento sobre seus próprios problemas, reunindo propostas de como superá-lo, será algo enraizado na pesquisa, que se encarregará de fazer dos participantes da

pesquisa não meros objetos de estudo, mas também, protagonistas teóricos e autores do conhecimento (FREIRE, 1981; DEMO, 1995, 2006).

Oliveira e Oliveira (1999) afirmam que os problemas de pesquisa estudados pelos pesquisadores, em geral, não são problemas vividos nem sentidos por eles. No entanto, é preciso destacar que este trabalho carrega uma peculiaridade incapaz de sustentar a afirmação acima, já que a realidade do pesquisador e pesquisa são fatos casados. Segue abaixo o delineamento de como foi realizada a pesquisa de campo.

1.3 ETNOGRAFIA NAS RUAS DE SÃO PAULINHO: TEMPORALIDADES COTIDIANAS VIVENCIADAS PELO PESQUISADOR

O material registrado em diário de campo, coletado por meio das observações realizadas na pesquisa de campo, foi organizado a partir da criação de três categorias temáticas: “cenários da pesquisa”; “relações com os participantes”; e “percepções subjetivas do pesquisador”. Na primeira categoria, sobre os cenários da pesquisa, serão apresentadas imagens sobre a comunidade de São Paulinho, registradas pelo próprio pesquisador. Seguem os diários.

1.3.1 Cenários da Pesquisa

Por possuir a característica de “Comunidade de acesso”, recebeu, por isso, especial atenção nesse trabalho. Recentemente, São Paulo recebeu um conjunto habitacional: Loteamento de Interesse Social (LIS), situação inicial que oportunizou esse trabalho (Figura 1)¹.

¹ Abaixo da Figura 1 segue-se a transcrição dos diários de campo, destarte, para diferenciação do material teórico-científico apresentado, o texto será disposto em itálico: para assemelhar-se a escrita de um diário escrito à mão – letra cursiva.

Figura 1 - As casas de São Paulinho



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

São Paulo, por mais que seja uma palavra que faz certa referência ao desenvolvimento, pensando isso a partir da cidade de São Paulo, a comunidade em questão tem presente outra realidade.

A infraestrutura básica, em nosso caso, e presente em grande parte das comunidades do município é: uma escola, do primeiro ao sexto ano (Figura 2); um ginásio coberto (Figura 2); um campo de futebol; uma igreja católica; outras quatro evangélicas; uma capela mortuária; um posto de guarda; estando todos esses locais, fora as igrejas católicas, inseridos em uma área pública, no caso, a praça de São Paulinho.

Figura 2 - O ginásio e a escola em São Paulinho



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

Descrevendo assim, parece tudo muito bonito e, caso assim fosse, não estaríamos aqui discutindo sobre o melhoramento e desenvolvimento urbano da cidade. Importante registrar que não criamos problemas, para, a partir deles, construirmos um trabalho. O pesquisador, muito antes de cursar o mestrado, esteve trabalhando na Unidade de Saúde da comunidade, cerca de dez anos atrás, trabalho que durou aproximadamente três anos, e retornando ao mesmo, como trabalhador, por volta de dez meses. Fora isso, passou a residir no município onde se localiza o bairro em estudo há aproximadamente quatro anos.

Por trás de uma pesquisa, do processo acadêmico, havia uma intimidade do pesquisador com o ambiente, o que acabou sendo otimizado ao cursar o mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. A busca por identificações de algumas deficiências e necessidades, ao serem examinadas com certa acuidade, resultaram na compreensão que, tanto a prosperidade territorial, bem como individual, seriam objetos que apresentam angústia e insuficiências que, ao serem sanadas, poderiam resultar em um possível desenvolvimento, seja ele econômico ou humano.

Poderíamos dizer que, por mais que haja uma praça, como será descrito a seguir, a comunidade tem como particularidade ser um local de passagem, mas com potencialidade para ser transformado em um local de parada. Locais de passagem,

comparado aos locais de parada, possuem uma fragilidade, já que são tipificados como um ponto que ainda é impossibilitado em estabelecer-se, assegurar condições que façam o fluxo ser contido.

A comunidade é atravessada por uma rodovia que liga a Br 101 (Figura 3), principal entrada da cidade, ao centro do município diretamente, possuindo um fluxo diário e contínuo durante a maior parte do dia.

Figura 3 - O acesso a São Paulinho



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

Até o momento, o posto de guarda encontra-se desativado (Figura 4). O poder público, seja através da guarda municipal ou da própria polícia militar, não tem conseguido preencher essa vigia. Por volta de três anos, em uma reunião entre comunidade e polícia militar, essa chegou a falar da importância, como forma de amenizar os problemas tangentes a violência, da própria comunidade, cidadãos se vigiarem, onde, por meio desse comportamento coletivo de pertencimento, orientado por uma conduta que trata o espaço público como parte também de cada um, haver uma recuperação da não selvageria.

Figura 4 - Unidade da Guarda Civil Municipal desativada



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

Fala-se isso para retratar que, infelizmente, a praça (Figura 5), como exemplo, não recebe o devido cuidado da população, pois o que se vê, é certo vandalismo. Como exemplo, as três mesas de cimento que existem para prática de jogos de tabuleiro estão com suas cadeiras danificadas. O parque infantil, que tem um solo de areia lavada, simulando uma areia de praia, possui: um escorrega, duas gangorras e três balanços, porém, todos esses equipamentos estão sem condição de uso. O alambrado encontra-se todo comprometido, tela de proteção que cerca a área, evitando a entrada de animais, por exemplo, bem como as suas fezes. Em resumo, ultimamente o local se encontra sem condições adequadas de uso.

Figura 5 - A pracinha e suas reais condições



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

O campo de futebol (Figura 6), talvez por passarmos por uma pandemia, não podendo estar em uso, possui um gramado que, de forma recorrente, encontra-se com a grama não aparada.

Figura 6 - O campo de futebol



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

A praça em si, apresenta certa estrutura (Figura 7), tendo iluminação, árvores, como castanheiras, ipês, um conjunto de palmeiras imperiais, mas que, normalmente, não tem sido feita a limpeza pública, resultando em um aspecto de abandono.

Figura 7 - Estrutura da praça



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

No geral, São Paulinho, como carinhosamente é chamada, é composta por casas simples (Figura 1), algo perto dos seus 90% e, desse total, aproximadamente 50% são casas populares. Uma parte concentrada em um conjunto mais antigo, outras num conjunto entregue recentemente e as demais distribuídas separadamente. Essas últimas são construídas quando o cidadão, que possui perfil para aquisição do imóvel, possui a disponibilidade de um terreno para sua edificação.

As casas, em seu 100%, não possuem saneamento básico, sendo o esgoto dispensado a céu aberto.

Uma especificidade da cidade é que apenas a região da Sede, o centro do município, é que possui água custeada pelos moradores, fora essa região, toda a cidade é abastecida por meio de poço artesanal existente na comunidade, e distribuída de forma gratuita.

Parte da população desfruta de algum tipo de benefício, seja ele Federal, como Bolsa Família, ou municipal, por meio de cesta básica ou aluguel social.

Com a chegada das 66 casas populares na comunidade de São Paulinho (Figura 1), tudo indica que um pequeno ponto de droga se fez presente. Roubos ocorrem de forma esporádica, ou seja, a cada um, dois ou três meses ocorre um episódio que retrata essa colocação. Porém, isso, muitas vezes, se deve ao fato do local possibilitar uma fuga fácil, já que a BR está apenas há 10 km da comunidade (Figura 8).

Figura 8 - Rodovia em São Paulinho



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

O número de igrejas se mostra elevado frente ao número de habitantes da localidade, duzentos e oitenta e oito famílias cadastradas pela Estratégia de Saúde da Família. O total é de cinco igrejas, sendo apenas uma católica e as demais evangélicas. Ultimamente, cultos têm ocorrido às quintas-feiras em uma pequena praça localizada em frente à capela mortuária.

Antes da pandemia, era comum haver um ou dois carrinhos de churrasquinho na praça, funcionando como um ponto de encontro e isso não apenas com a finalidade de alimentação, mas também para o consumo de bebidas alcoólicas.

Uma lanchonete fixa possui um prestígio pelos moradores, não somente da comunidade, como também das demais localidades, recebendo um público de áreas gerais do município. O comércio se resume a uma venda, algo com aspecto de um minimercado (Figura 9), a uma lanchonete, três bares (botecos), dois barbeiros, uma loja de materiais de construção simples, mas vendendo também, alguns alimentos e um estabelecimento vendendo laticínios diversos. Há também uma borracharia, ficando na maior parte do tempo fechada, onde o dono reside ao lado, sendo necessário chamá-lo para execução do serviço e uma oficina de lanternagem, com serviço de guincho.

Figura 9 - O “minimercado”



Fonte: fotos tiradas pelo pesquisador.

1.3.2 Interações e Primeiros Contatos com os Participantes da Pesquisa

O pesquisador percebeu que o pré-vínculo, como também a proximidade com o entrevistado, cooperavam na coleta de dados, pois esses, em partes, sabiam do engajamento do pesquisador, seja com suas discussões, ora realizada com o comerciante da venda, outra com o barbeiro, outra com uma colega de trabalho que

residia na comunidade, outra com uma moradora local, paralelo ao momento de história que vivi frente ao processo do mestrado.

O pesquisador se atentou também em recorrer a pessoas que fugiam dessa amostra, novas pessoas que poderiam estar tendo oportunidade de também serem ouvidas, porém, notou que nesses casos houve um certo receio dos entrevistados, destes ficarem desconfiados, não entendendo bem o porquê o psicólogo da comunidade e morador dela estava abordando aquele tema, aquele assunto, mesmo explicando a origem e o porquê daquele encontro, daquela entrevista. De forma geral, a grande maioria tratou a ocasião com muito respeito, chegando a dizer: “Mas isso vai acontecer mesmo, Leonardo. Teremos aqui um local como esse”.

Explicava que a pesquisa estaria servindo pra isso, para alavancarmos nossa comunidade, atendendo ela de uma forma melhor, e que juntos poderíamos sim imaginar que aquilo estaria sendo possível, e que a participação deles seria de extrema importância para isso, pois começávamos a falar a mesma língua, já que a pesquisa estava confirmando muitas coisas, no caso, ser um projeto plausível, ser uma necessidade real, apresentando benefícios claros na colaboração do nosso bem-estar e qualidade de vida. Ponto que carrega uma grande preocupação, no sentido de tornar nosso espaço melhor para que sejamos pessoas também melhores.

Percebe-se um entusiasmo, onde a entrevistada pergunta: “Será que elas vão fazer mesmo?”. Em alguns momentos as pessoas começando a viver um sonho.

A impressão que fica é a compreensão, na ocasião dessa entrevista, que a falta de opção resulta em muitos prejuízos. Um exemplo é o comentário feito por uma entrevistada ao explicar que um paciente, após uma consulta, seja ela psicológica ou psiquiatra dizendo que “as pessoas não sabem pra onde ir”.

Algumas entrevistas foram realizadas com o participante fora da comunidade de São Paulo, onde o pesquisador combinou o encontro, seja no pátio ou em sua sala de trabalho, ou no local de trabalho do próprio entrevistado.

Mas nesse caso específico, era no ambiente de trabalho dos próprios entrevistados, uma barbearia onde foi possível perceber o fluxo de pessoas, seja para cortar cabelo ou como ponto de encontro de meninos que residem na comunidade para um bate-papo. O barbeiro, jovem, crescido na comunidade, ao alugar o cômodo, uma espécie de porão embaixo do coreto da igreja, o local acabou se transformando em um ponto de convívio entre conhecidos.

No dia dessa entrevista estavam também outros 4 jovens, sem o propósito de cortarem o cabelo. Uns estudantes de graduação, outros que terminaram o ensino médio e estão parados. Além da coleta de dados, naquela ocasião, havia também a intenção de compartilhar aquela experiência, expor a ideia do projeto, proporcionando uma certa proximidade com a dinâmica do mestrado, questões tangentes a pesquisa, construção de conteúdo, de um saber que surgia ali na prática, não apenas cercado por uma teoria. Enfim, a ideia de que eles poderiam ser colaboradores nesse momento, adquirindo também conhecimento.

Foi notado um interesse e uma seriedade em responderem as perguntas, comprometimento e participação.

Para se ter uma ideia, esse encontro (coleta de dados) foi o segundo, sendo o primeiro um pré-teste que acabou sendo possível incorporar na pesquisa, foi quando um participante completou a entrevista apresentando uma indagação, dizendo que após a pergunta “O que você faz no seu tempo livre”, que seria “necessário” questionar o porquê daquela resposta, mostrando que assim conseguiria compreender as causas e motivos que influencia, coopera, para o entrevistado dizer que faz “isso, ou aquilo”, mostrando então que, em partes, estava sendo possível também apreender o que leva as pessoas a ficarem em casa, ou a não fazer nada, por exemplo.

1.3.3 Percepções Subjetivas do Pesquisador

O pesquisador fez uso de sua história de vida, olhando para dentro de si, para suas recordações, memórias e identidades territoriais, para desenhar o início de trabalho!

Porém, fez isso procurando se colocar no lugar que cada um dos jovens que ele via a noite conversando na pracinha, sem muito entretenimento, das crianças que nasciam e que não estavam tendo grandes oportunidades de diversão, das que estavam tendo um dia a dia desprovido de viabilidades, do convívio que teve com cerca de quinze meninos e meninas pré-adolescentes que frequentaram, durante um ano e meio, aulas de capoeira no ginásio da comunidade, onde ele, pesquisador, ajudava o professor, como espécie de um aluno instrutor, levando os instrumentos de capoeira para os treinos, recebendo os alunos em sua primeira aula, e auxiliando na construção de propostas junto a esse professor.

Os atendimentos clínicos que esse pesquisador realizava na Unidade de Saúde também teve influência na construção da ideia. Neste ofício, como psicólogo, foi percebido algumas carências, e o que poderia ajudar a melhorar os indicadores de saúde, os indicadores sociais e até os educacionais daquela comunidade. Pessoas que residem em áreas de vulnerabilidade social são acometidas por questões que podem ser suavizadas.

Uma composição composta pelos Racionais Mc's, em 1993, "Fim de semana no parque", trouxe e apresentou uma problemática muito forte para o pesquisador, ajudando a perceber alguns quesitos. Um trecho testemunhava reais necessidades, concebendo segurança ao pesquisador. A referência, uma letra de Rap, um estilo musical plenamente marginalizado, aos poucos foi concedendo aparência, e mostrando que aquele conteúdo, por mais periférico que fosse, era oportuno e que poderia enviesar o trabalho, e atravessá-lo de forma conexa.

A população, mesmo se constituindo em uma zona rural, com características urbanas, estava separada de formas de vida que se contentam na adjacência dos "recursos naturais". Pensar uma estrutura atribuída a zonas urbanas, vinculando agora, a uma zona reconhecida como rural, talvez tenha sido um dos principais desafios.

"Tirar foto", essa fala com um dos entrevistados mostra que a possibilidade de registros serve de memória, ficando na identidade das pessoas.

Incrementa o programa municipal de habitação, promovendo ascensão social as famílias, melhoria do acesso aos serviços urbanos essenciais, em outras palavras, a cidade teme o favelado, deixando toda a cidade ameaçada quando esse público se estabelece.

Atribui ao pobre apenas necessidades, negando-lhes a condição de sujeitos desejantes.

Nenhuma identidade, seja ela individual ou coletiva, pode ser construída fora da sua cultura de referência.

Estruturação dos atrativos turísticos da cidade.

O trabalho mostra a possibilidade de “desumbigar”, enquanto profissional da psicologia, falando sobre cidades e seu desenvolvimento. A dimensão dos espaços físicos, frequentemente é ignorada pelas teorias psicológicas, como operador fundamental das formações de subjetividade.

Oportunizar a educação patrimonial, em ações que favoreçam a correta ocupação e manutenção dos imóveis e dos espaços comuns.

“Arquitetura é para ser vivida, não vista” – Paulo Mendes Rocha.

O trabalho em si, revela a abertura de conhecimento, representando um avanço para o alcance de novos estudos e inspiração de parques, requalificando os espaços urbanos.

O estudo regional ganha importância com sua relação entre local e global, definindo espaços de trabalho e de ação, remontando assim, estratégias de enfrentamento.

Parques se tornam um produto do novo modo de viver, atendendo a demanda social de lazer e tempo livre.

Espaços que eram restritos a alta classe da população, passam então a ser democratizados.

Importante: dotação orçamentária, vigente no plano plurianual, para realização de melhoria dos espaços.

Orçamento para efetivação, afinal, mesmo o lazer sendo já instituído, é um direito que se mostra difícil de ser cumprido.

Importante: acreditamos que os sujeitos fazem escolhas sim, mas suas alternativas estão condicionadas nos limites do seu meio ambiente, facilitador ou não. Exemplo, não generalizando, mas: “você vai ser aquilo que tiver mais perto da sua realidade”... Você é aquilo que você come, aquilo que você lê, que você vê.

Qual o lugar que a cidade, que o espaço habitado ocupa na construção da nossa identidade?

O meio ambiente cultural favorável oferece instrumentos para produção de subjetividades.

Novas formas de governabilidade fazem do local um ponto onde se confronta diferentes projetos e forças sociais, tornando os lugares cada vez mais singulares e específicos.

Oportunidade do poder público de criar políticas capazes de dar ênfase aos espaços públicos e equipamentos capazes de efetivar uma espécie de estabilização social.

Importante: frente à grade curricular do mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, foi percebido a importância de haver uma disciplina específica, que tenha a Cidade como sua centralidade, trabalhando autores clássicos utilizados nesse trabalho, como Ana Fani, Nelson Carvalho Marcellino e Henri Lefebvre, como exemplo. Não esquecendo de Milton Santos.

A abertura dos espaços de lazer tem sido evitada, temendo os riscos de depredação, ponto que seria sanado quando se trabalha o sentimento de pertencimento, concepção agenciada no Fortalecimento de Vínculo, diretriz presente no âmbito da territorialidade das Políticas de Assistência Social.

O trabalho vai ao encontro da Lei complementar nº 17, de 26 de outubro de 2018, que dispõe sobre a organização do espaço territorial do Município de Presidente Kennedy.

Conforme Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), dois fatores dificultam a democratização do lazer, como: a sua individualização, e ele sendo colocado em segundo plano pelos órgãos públicos.

Retomando uma passagem dessa discussão, a falta de espaços de lazer contribui para o enclausuramento das pessoas, que por não ter condição de lazer, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico.

Podemos reaver que a criação de espaços verdes é de extrema relevância, pois, valoriza economicamente o território em questão, e favorece, beneficiando aspectos relacionados a saúde mental dos cidadãos, contribuindo para sua qualidade de vida.

Outro ponto: um dos grandes desafios da atualidade está em estabelecer e manter ambientes saudáveis que estimulem a prática regular de atividades físicas.

2 A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA...

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...*

(“Comida”. Arnaldo Antunes; Marcelo Fromer; Sérgio Britto).

Como cita a epígrafe, as pessoas necessitam de alimento, mas igualmente, de diversão e arte, isto é, espaços em que possam se distrair e produzir cultura. Nesse sentido, é veemente que políticas públicas contemplem tais necessidades, as quais podem ser obtidas por meio do desenvolvimento urbano e, mais especificamente, pela implementação de parques urbanos. Este capítulo traz um aporte teórico sobre as relações entre desenvolvimento urbano e a construção dos parques urbanos e, posteriormente, apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos com as entrevistas.

O desenvolvimento urbano, no âmbito da política urbana, é garantido pela Constituição Federal e deve ser exercido pelos municípios, possibilitando ordenamento das funções sociais da cidade, e, por conseguinte, o sentimento de bem-estar por parte dos cidadãos. Em 2019 foi iniciado o processo para elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, objetivando ampliação dos parques urbanos, assim como, visando apoiar os municípios na redução das desigualdades socioespaciais, entre outros (BRASIL, 1988, 2001, 2020b). Nesse contexto, a política urbana possui como diretrizes:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; V – oferta de equipamentos urbanos e

comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais [...] (BRASIL, 2001).

Dessa forma, torna-se imperativo que seja pensado o cuidado com a construção de possíveis repostas às queixas e as necessidades dos moradores, sendo de competência municipal a tomada de decisão, de estratégias e atos de governo quanto a forma com que os desprovidos de condições encontram modos circunstanciais para desenvolver melhorias em suas vidas. Nesse sentido:

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas (HARVEY, 2014, p. 20).

Além disso, sem nenhuma consciência bem definida, o homem, ao criar a cidade, recriou a si mesmo, e isso condiz com o preceito, no qual: o tipo de pessoas que desejamos ser não pode andar desconectado do tipo de cidade que idealizamos viver. Desde que as cidades passaram a existir, há uma concentração geográfica e social de um excedente, como os conjuntos habitacionais de casas populares, que reflete uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. O desdobramento pelo desenvolvimento cívico, recuperação ambiental e renovação urbana entra como pauta de uma gestão inteligente que aponta a cidade para o futuro, afinal: são os governantes que criam seus povos e não os povos que criam os governantes (HARVEY, 2014).

Neste projeto se almeja o relato de uma experiência que busca o desenvolvimento territorial, vinculado à própria região que ele acontece, o que o constitui como utilidade pública por conjugar mecanismos e instrumentos capazes de fundamentar uma estabilização social. Em outras palavras, admite a perspectiva sobre os sistemas de melhorias indicados por meio de novas vias de ações políticas que, preocupadas com o processo acelerado de urbanização, pode conceber respostas aos riscos reais de vulnerabilidade. Temos hoje, um conceito equivocado sobre espaços públicos, visto como um espaço de ninguém, sendo que espaços subutilizados, quando bem empregados, aparecem como forte ferramenta de transformação e estabilização social de uma comunidade (WICKERT, 2019).

O ano de 2020 confirmou que a falha de governança está entre as principais causas de uma crise, convocando urgentemente a prática de um sistema de gestão incumbido com os riscos factuais de uma humanidade, envolvendo a revisão de indicadores quando o assunto é desenvolvimento. Em outras palavras, índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida precisam se tornar sinônimos atualmente (LA ROCQUE, 2018). Diante disso, o desenvolvimento regional comunitário de fato se efetivará quando houver propostas resolutivas frente às desigualdades regionais existentes na cidade, bem como a responsabilidade governamental com todos os tipos de efeito causado pelo esgotamento de recursos e degradação ambiental (HARVEY, 2014).

Foi a partir do processo de urbanização que os parques públicos se tornaram notórios, mostrando sua importância, não sendo apenas áreas verdes, mas, indo além, deixando a população mais próxima da natureza, exercendo uma função social e de lazer. Assim, constituem como espaços aproveitados que passam a ser considerados elementos imprescindíveis para a conexão do homem urbano com seu habitat natural (OLIVEIRA, 2010).

Se cobrindo de três funções básicas, os parques, “ecologicamente”, preservam espécies de plantas e animais, diminuem erosões, enchentes em épocas de chuva, proporcionando conforto térmico para a região, além da diminuição da poluição visual e poluição sonora local; “social”, sendo espaços de socialização, realização de encontros, prática de esportes, lazer, atividades culturais, e por último “função econômica”, ao propiciar uma valorização imobiliária, evitando construções e habitações irregulares, amenizando então, os impactos causados pelo crescimento da cidade. Apesar de inicialmente os parques terem surgido de uma obra de paisagismo, a questão do melhoramento do espaço público, do saneamento e da modernidade, passou a se apresentar como utilidade suprema, não se limitando apenas ao centro ou as partes já desenvolvidas da cidade (PETROSKI *et al.*, 2009; HARVEY, 2014; CANTERA, 2016; LA ROCQUE, 2018; GOMES; OLIVEIRA, 2020; MARTINEZ-VALDES; RIVERA; GAUDIANO, 2020).

Conforme a sociedade se expande, transformações ocorrem envolvendo a relação entre população, meio ambiente e desenvolvimento urbano, circunstâncias que proporcionam desafio para a comunidade na obtenção do bem-estar, garantido pelas legislações. Desrespeitar as necessidades das pessoas e ignorar as consequências ambientais se tornou falta grave diante do processo de urbanização que, se for acelerado, pode se tornar maléfico, colocando a miséria como cartão postal de uma cidade (LA ROCQUE, 2018).

Tendo isso em vista, pode ser afirmado que, para garantir o sucesso de um Loteamento de Interesse Social (LIS), que foi inaugurado no segundo semestre do ano de 2020, na Comunidade de São Paulo, município de Presidente Kennedy, é essencial que seja pensado o processo de continuidade dessa ação, transformando, como elemento para o desenvolvimento, “ponto” em “campo”. Ou seja, preconizar “minha comunidade, minha vida”, não se trata de um clichê e nem de um novo bordão político, mas da compreensão que o ato de bem-estar está para além do habitar, e não se encerra meramente em uma casa.

O melhoramento do espaço urbano se constitui como um dos interesses no qual este projeto se propõe, considerando a crescente necessidade de espaços livres, em particular, parques urbanos, como forma de atenuar problemas, funcionando como preservativos sociais e ambientais.

Parques públicos tiveram um enorme papel simbólico no decorrer da história recente, reativando valores relacionados à vida em comunidade, a vida de adolescentes e de populações pobres, de diferentes etnias, favorecendo pessoas na construção de um bem-estar biopsicossocial (PETROSKI *et al.*, 2009; HARVEY, 2014; LA ROCQUE, 2018; MARTINEZ-VALDES; RIVERA; GAUDIANO, 2020).

Vale ressaltar que os espaços públicos ou verdes surgem como forma de amenizar os problemas sociais e ambientais urbanos, os quais se tornavam extremamente graves. A inserção dos parques dentro das estruturas urbanas é importante para sobrevivência das cidades do futuro, devido às suas funcionalidades ecológicas, sociais e econômicas. Espaços públicos refletem a qualidade de vida de uma cidade,

razão que faz da inclusão de novas áreas aos espaços urbanos um compromisso político de uma gestão que enxerga a cidade sob seus múltiplos aspectos (SZEREMETA; ZANNIN, 2013).

2.1 PARQUES URBANOS COMO ASPECTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Os parques urbanos são espaços públicos localizados na cidade, constituídos por diversos agentes, interesses e forças, que podem ser harmônicas ou conflitivas. Em geral, estes espaços conferem imagem e identidade à cidade, requalificando o espaço público e possibilitando diversão, atividade física, coesão social e proteção da biodiversidade local, escapando da função mercantilista, mesmo que seja produto da lógica capitalista (PETROSKI *et al.*, 2009; GOMES; OLIVEIRA, 2020; MARTINEZ-VALDES; RIVERA; GAUDIANO, 2020).

O conceito de parque urbano surgiu por volta do século XVIII, no contexto da Revolução Industrial. Dessa forma, os parques foram criados para contrapor aos danos proporcionados pelas cidades industriais, como as condições insalubres e o baixo acesso às áreas verdes pela população, ocasionado em adoecimento de diversas ordens. A construção de parques urbanos, em seus primórdios, estava vinculada às necessidades estética e sanitária. Nesse contexto, é possível afirmar que a construção dos parques deve estar alinhada à perspectiva de seus usuários, isto é, da comunidade do entorno. Por isso, devem ser levados em consideração aspectos como o acesso aos parques, segurança e condições climáticas. Não obstante, as próprias crenças sociais influenciam na utilização dos parques urbanos, o que sinaliza a importância de se conhecer as concepções sobre os parques urbanos (PETROSKI *et al.*, 2009; SZEREMETA; ZANNIN, 2013; CANTERA, 2016).

2.2 A DEFESA DA CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE URBANO NA COMUNIDADE DE SÃO PAULINHO: A POSSIBILIDADE DE DIVERSÃO E ARTE...

A partir da análise de conteúdo temática, os resultados foram organizados em categorias e subcategorias, as quais versam sobre as concepções de um Parque Urbano na Comunidade São Paulo. A categoria central é a utilização de um parque

urbano, em que derivam duas subcategorias: (1) Importância, que contempla atividades realizadas nas horas vagas, a convivência familiar e comunitária, o contato com a natureza e receios quanto à construção do parque; (2) Lazer e Esporte.

2.2.1 A construção de um parque urbano

Os participantes desconheciam sobre a implantação do parque em sua comunidade, mas apontaram, sem dificuldades, os benefícios da provável construção: “melhoria”, “lazer, interação”, “para todas as faixas etárias”, “conversar, distrair”. O lazer é um direito social disposto na Constituição Federal (BRASIL, 1988). No entanto, apenas a prerrogativa constitucional não garante de forma plena o exercício do direito ao lazer, sendo necessária a elaboração de políticas públicas voltadas para o lazer e a discussão sobre a função do município em possibilitá-la: “[...] é preciso que, cada vez mais, o poder público crie políticas de lazer capazes de dar mais ênfase aos espaços e equipamentos” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p. 61).

Nesse sentido, Sartori e Silva (2018, p. 158) destacam a importância de democratizar o direito ao lazer nos centros urbanos: “a garantia do direito ao lazer, no contexto dos grandes centros urbanos, está intimamente relacionada com a disponibilidade de espaços e equipamentos públicos para sua vivência”. Para Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 56), a noção de lazer, entendida como uma política pública, surge atrelada aos processos de urbanização: “porém, ultrapassa suas fronteiras, uma vez que os grandes centros urbanos a levam, com as mesmas particularidades, por meio da mídia, a outras regiões do país, nem tão grandes, nem tão urbanizadas”.

A complexidade inerente ao conceito de lazer é abordada por Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), que discorrem sobre diversos aspectos relacionados ao lazer, entre os quais, um produto de iniciativa privada: “os equipamentos urbanos para o lazer, quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada, que os encara como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, p. 59). Nessa vertente, De Pellegrin (1999, p. 17) corrobora que os espaços de lazer são objetos de interesse do mercado imobiliário: “no caso do lazer, mais especificamente, os equipamentos tendem à privatização (novamente a

lógica do mercado, do lucro), comprometendo o acesso de grande parte da população”.

Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 60) destacam dois fatores que dificultam a democratização do lazer: o primeiro é a individualização do lazer, ilustrada pela “profusão de piscinas e parabólicas”, e o segundo é o lazer colocado em segundo plano pelas pessoas, sequer entendido como direito social. Além disso, Areias e Borges (2011) argumentam que o lazer pode ser entendido como instrumento de transformação social e, nesse sentido, as políticas públicas permitem sua plenitude, perpetuando o equilíbrio social. Os autores defendem a importância de analisar o conceito de lazer de forma contextualizada com o Estado: “quando se analisa separadamente os conceitos de Política Pública e Lazer, descolados de uma concepção de Estado, parece haver uma incoerência na percepção desses elementos” (AREIAS; BORGES, 2011, p. 585).

Pode ser afirmado que o lazer é um conceito com diversos significados. Conforme o dicionário Michaelis (2021), o lazer se refere a descanso, mas também à: “diversão ou ocupação que se escolhe para os momentos de tempo livre; distração, entretenimento, recreação”. Além de descanso e entretenimento, os espaços de lazer proporcionam desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006). Essa pluralidade de significados foi observada no discurso dos participantes, articulando o lazer ao descanso, ao “desestresse” e à atividade física, por exemplo.

Os participantes afirmaram desconhecer sobre a construção de um parque urbano em sua comunidade: “*isso daí eu não sabia*” (E3), “*não tô sabendo não*” (E1), “*não*” (E9 e E2) e “*São Paulinho? Não!*” (E6). Apesar disso, todos os participantes afirmaram que utilizariam um parque urbano: “*muito*” (E8), “*sim!*” (E2), “*com certeza!*” (E5 e E7), “*imagina! Na porta de casa! Com certeza!*” (E1p2), “*todo dia!*” (E3), “*todo dia! Quem não quer?!*” (E1p1).

Os participantes destacaram uma série de vantagens de um parque urbano: “*melhoria para população, porque tem muita coisa que ‘teria’ que melhorar aqui*” (E4), “*o parque*

urbano traz a possibilidade de quebrar um elo que a comunidade tem de só ficar dentro de casa, e não tem aquele momento de lazer, interação” (E2p3), *“um local agradável para todas as faixas etárias poderem fazer o uso adequado”* (E7), *“pra conversar, distrair, passar o tempo”* (E2p1), *“como se fosse uma área de lazer, pro pessoal ir com seus familiares, amigos”* (E2p2) e que *“seria bem movimentado, com certeza”* (E6). Um participante afirmou que utilizaria até para trabalhar: *“nada ia me impedir de ir para lá e desenvolver meu trabalho de lá mesmo”* (E7).

Parte dos participantes, entretanto, relatou descontentamento com o fato de o parque ainda não ter sido construído: *“seria joia, mas se isso não aconteceu, é triste”* (E1), *“a gente foi beneficiado em ter, mas procurar entender por que não iniciaram”* (E7), *“até o momento não fomos contemplados com isso”* (E6) e *“a comunidade deveria lutar para trazer para comunidade, porque talvez outro lugar seja contemplado com esse benefício que seria nosso”* (E8). De acordo com documento da prefeitura municipal, o prazo inicial para a construção do parque urbano era 31 de janeiro de 2021, mas foi estendido para julho de 2024, em função de necessidade de ajustes no projeto, de licenciamento ambiental e também pelas dificuldades impostas pela pandemia (PRESIDENTE KENNEDY, 2021).

Os participantes deste estudo idealizaram o parque por meio de diversas concepções. Pensar estas informações permite que sejam valorizadas as concepções e necessidades das pessoas envolvidas, isto é, que utilizarão o parque a ser construído no local estudado nesta pesquisa. Nesse contexto, Szeremeta e Zannin (2013, p. 179) ponderam sobre a importância de criar espaços que sejam do agrado das pessoas: *“[...] é preciso que estes ambientes sejam percebidos positivamente para que as pessoas se sintam atraídas e motivadas a frequentá-los, e também desfrutem, de forma satisfatória, dos benefícios que o desenvolvimento de atividades nestes locais pode proporcionar”*.

De acordo com Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), a utilização de um parque urbano também se relaciona as questões políticas e econômicas. Assim, a criação de políticas de lazer remete a pensar na disponibilidade de espaços específicos e equipados, os quais interferem na motivação das pessoas. Entretanto, a utilização dos

parques urbanos é uma atividade complexa e requer transformações nos modos de produção, já que implica na: “[...] redução de jornada de trabalho sem diminuição de salários, portanto, numa política de reordenação do tempo, de transporte urbano etc.” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p. 65).

Silva, Silva e Sampaio (2018) discorrem sobre a utilização dos parques urbanos por pessoas com deficiência, destacando que, em geral, poucas vagas de estacionamento são reservadas para essa população: “na maioria dos parques não há demarcação de vagas” (p. 115). Os autores também ressaltam a existência de dificuldades na utilização de equipamentos de lazer e acesso por pessoas com deficiência física e visual, como portões de acesso feitos com material inapropriado e ausência de sinalizações e símbolos universais de acessibilidade. Além disso, ausência de pavimentação, de rampa de acesso e de sinalização tátil.

2.2.2 Atividades realizadas nas horas vagas

Os participantes foram questionados sobre as atividades realizadas em seu tempo livre, partindo da premissa de que, em sua comunidade, ainda não existe o parque urbano. Parte dos participantes respondeu permanecer em casa: “*em casa*” (E6), “*ficar em casa*” (E5p1), “*em casa, na televisão e no celular*” (E2p1) “*em casa com meus filhos*” (E8) e “*em casa, jogando, dormindo*” (E3). Uma das alegações que justificou a permanência em domicílio é a ausência de possibilidades na localidade: “por que não tem para onde ir” (E6), “*não tem nada pra fazer*” (E3), “*falta dessa infraestrutura, de um parque urbano*” (E2p1) e “*não tem parque urbano, a falta de um parque*” (E3).

Na ausência de parque urbano, entre outras possibilidades, os participantes relataram passar o tempo com a família e animais de estimação. Nesse contexto, um participante afirmou que nas horas vagas cuida do neto, “*mas, se tivesse o parque, a gente tavalá!*” (E4), enquanto outros afirmaram que “*jogo conversa fora com meu cunhado, às vezes quando tenho tempo ou condição faço um churrasquinho com minha família*” (E9p2) e “*trato dos animais que eu gosto... passear com minha filha, com minha família*” (E9p1).

Um participante mencionou a existência de uma pracinha nas proximidades de sua comunidade, no entanto, este espaço se encontraria sem condições de uso: *“aquela pracinha que corre mais o risco de você machucar seu filho do que ele brincar. Os balanços estão tudo quebrado, o escorregador se duvidar entra uma farpa na bunda da criança [...] a gangorra ta quebrada”* (E6). Um participante afirmou que utiliza a pracinha com os filhos, assim como um sítio da família: *“levo eles na pracinha, pelo menos uma vez por semana, ou vou pra roça [...] deixo eles soltos lá brincando”* (E8). Um participante mencionou a natureza em sua resposta: *“procuro a natureza para ficar quietinho. Porque a natureza é um excelente remédio”* (E5p2).

2.2.3 A convivência familiar e comunitária

A temática da família apareceu no discurso dos participantes relacionada ao parque urbano, com destaque para a população infantil: *“crianças que andam de skate, de patins, anda de patinete, e tudo mais, o parque urbano daria essa liberdade de poder, com segurança, um local onde nossos filhos desfrutariam de uma atividade, sem o risco de ser atropelado por um carro”* (E6), *“eu tenho um netinho, ia lá brincar com ele”* (E4), *“eu levo na pracinha pra brincar, eles brincam na areia, eu não ligo, mas eu levaria muito mais num parque urbano comparado ao que eu levo na pracinha hoje”* (E8), *“família, as crianças, uma área para as crianças”* (E9), *“acredito que brinquedo, né!?”* (E2p1), *“um parquinho da criança, mesinhas, aqueles mesinhas com joguinho de dama para idosos, verde, de fato, bancos”* (E7), *“playground para criança: escorregador, gangorra, aquelas coisas assim, que me remete a infância e gostaria de ver meus filhos brincando na minha comunidade”* (E8), *“área para criança, de lazer, recreação, eu vejo área para família, vejo verde em volta, questão de ar puro, tal, criança ter contato ali, uma árvore, talvez que dê frutos”* (E8) e *“um lugar de brincadeira, com piscina [...] o que a gente vê na televisão é um lugar de diversão para as crianças poder brincar”* (E4).

Os participantes afirmaram que o parque urbano que será construído servirá para “conversar, distrair, passar o tempo”. De fato, os parques cumprem uma função de constituir espaço de sociabilidade (JACOBI, 2003; MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006; MARTINEZ-VALDES; RIVERA; GAUDIANO, 2020). De acordo com

Martinez-Valdes, Rivera e Gaudiano (2020), os parques urbanos são lugares de interação social, integrando coletivamente pessoas de diferentes classes sociais para a prática de atividades físicas e recreativas.

Para Jacobi (2003), os espaços de encontro, possibilitados pelos parques, fortalecem os vínculos familiares e sociais, assim como promovem o sentimento de pertencimento com o lugar. O sentimento de pertencimento torna-se um aspecto relevante a ser abordado no contexto da utilização de parques urbanos, uma vez que, se relaciona aos conceitos de cidadania e sustentabilidade, relacionados às responsabilidades éticas, tanto do poder público quanto da sociedade.

Os participantes ressaltaram que o parque seria um local “para os familiares”. Nesse contexto, Certeau, Giard e Mayol (2013, p. 150) destacam que: “o sábado é dedicado, de preferência, ao lazer individual, enquanto o domingo continua sendo mobilizado por atividades do tipo familiar”. Fermino, Reis e Cassou (2012) descrevem que a maior parte dos participantes de sua pesquisa frequenta os parques acompanhados de outras pessoas, sendo que: “70% relatam companhia de amigo ou cônjuge” (FERMINO; REIS; CASSOU, 2012, p. 386). Assim, os autores concluem que o apoio de familiares favorece a prática de atividades físicas, entendendo o parque como um espaço para o convívio familiar.

A construção e adequação dos parques urbanos, de modo consoante com as necessidades e interesses infantis, podem motivar sua utilização pelas crianças. Luz e Kuhnen (2013, p. 553) ressaltam que a utilização do espaço ultrapassa até o que está estruturado: “mesmo em um espaço planejado para atividades infantis, existem áreas escolhidas, apropriadas e ressignificadas pelas crianças, transformando-se em espaço da criança”.

Como citado, o uso do parque possibilita funções importantes, como a socialização e o desenvolvimento cognitivo infantil. Nesse sentido, é preciso que atividades lúdicas sejam incentivadas por meio dos espaços e equipamentos disponíveis no parque, desenvolvendo assim, o sentimento de apego nas crianças:

Os espaços públicos como as praças e os parques infantis, além do papel de socialização, mostram-se importantes para o desenvolvimento infantil por oportunizar habilidades físicas (força, agilidade, motricidade ampla), cognitivas (concentração, atenção, noção espacial), sociais (interação, socialização, diversidade) e psicológicas (regular emoções, criatividade, autonomia), através da atividade do brincar (LUZ; KUHNEN, 2013, p. 552).

Conforme Luz e Kuhnen (2013), as pessoas escolhem e se identificam com os lugares a partir de suas percepções sobre espaço físico e sociabilidade: “estes atributos influenciam também na forma como o espaço é utilizado, em termos de frequência e variedade de comportamentos, sobretudo em grupo” (LUZ; KUHNEN, 2013, p. 553). Nesse raciocínio, o espaço destinado para o público infantil, como ressaltado pelos participantes deste estudo, deve ser projetado para atender as necessidades das crianças, o que se constitui como uma tarefa complexa: “os espaços para o lazer infantil são, normalmente, projetados por adultos que têm dificuldades em não deixá-lo totalmente planejado, talvez porque a possibilidade de que esse espaço venha a ser modificado soe como desordem ou estrago” (DE PELLEGRIN, 1999, p. 39).

2.2.4 O contato com natureza

A presença de espaços naturais ou áreas verdes em parques urbanos foi ressaltada pelos participantes, como observado nas temáticas anteriores, mas especificamente conforme os seguintes relatos: “*um espaço público com a natureza junto*” (E5), “*primeiramente a natureza, para sentir um ar natural, e ali você ter um lugar de caminhada, um lugar pro pessoal fazer exercício, um lugar para as crianças brincar, um lugar com mais natureza*” (E5p2), “*penso num parque ali com alguns objetos, não máquinas, mas instrumentos, de atividades físicas, de lazer e verde, muito verde*” (E8), “*um lugar bonito, cheio de árvore, um lugar gostoso para você bater papo, sentar, conversar*” (E1p1) e “*um lugar que teria não só brinquedos, mas coisas diversas que deem para as pessoas se distrair, talvez um meio de lazer, mas, também, não tirar a natureza do meio, ter ela misturado, tipo: árvores, plantas, flores. Talvez parque seria isso, um lugar de lazer, mas com a natureza também em volta*” (E2).

Martinez-Valdes, Rivera e Gaudiano (2020) ressaltam que os parques permitem o contato com a natureza, possibilitando, ao mesmo tempo, a coesão social e a proteção da biodiversidade urbana. A relação entre parque urbano e espaço verde é explorada

por Le Corbusier (2009, p. 193): “o habitante, ao voltar da fábrica ou do escritório, tendo recuperado as forças no esporte, cultiva então, como hortelão, seu jardim”. Isso remete a uma discussão presente no discurso dos participantes deste estudo, os quais mencionaram os espaços verdes, incluindo o jardim, mesmo que em pouca medida: “mesa, banco, jardim...”.

Neste estudo, uma das temáticas mais ressaltadas pelos participantes esteve relacionada à natureza: “verde muito verde”. De acordo com Ferreira (2007), um parque urbano contribui para a sustentabilidade da cidade e ameniza as tensões, propiciando um lugar de proximidade com a natureza. Assim, uma das funções de um parque é a estética, relacionada à vegetação e aos espaços naturais, os quais, para o autor, seriam uma resistência às construções homogêneas de edifícios.

Conforme Szeremeta e Zannin (2013), as áreas verdes constituem uma das principais características de um parque urbano: “os parques são caracterizados como um tipo de área verde urbana, pois apresentam predomínio de vegetação (independente do porte) que integram o ambiente construído, além de possuírem outras características naturais” (SZEREMETA; ZANNIN, 2013, p. 180). Santos, Nascimento e Regis (2019, p. 365) afirmam que os espaços verdes são fundamentais para o bem-estar coletivo, principalmente no espaço urbano: “Os espaços verdes urbanos estão se tornando, ao longo dos anos, importantes instrumentos de pesquisa e conservação por conta das diversas funções ecológicas, sociais e estéticas que oferecem às metrópoles”.

Szeremeta e Zannin (2013, p. 181) destacam que as áreas verdes se associam às funções recreativas e de atividade física, possibilitando as caminhadas, relaxamento e socialização: “[...] cada vez mais pesquisas associam os espaços verdes a promoção da atividade física”. Além disso, Gomes e Oliveira (2020) argumentam que a criação das áreas verdes é de extrema relevância, pois valoriza economicamente o território em questão e favorece beneficentemente aspectos relacionados à saúde mental, contribuindo com a qualidade de vida.

FARR (2013) afirma que o acesso às áreas verdes está associado à menor incidência de problemas de comportamento, como a hiperatividade. Os autores destacam que o

acesso às áreas verdes possui impacto benéfico na saúde mental e no desenvolvimento cognitivo infantil, aumentando a habilidade cognitiva e o desempenho em testes de atenção em estudantes. Nesse sentido, a utilização de áreas verdes possui impacto positivo nos sintomas de TDAH em estudantes. Além disso, a proximidade com parques urbanos, assim como a construção de espaços residenciais compostos por áreas verdes está associada a menores sintomas de TDAH em crianças e menor risco de desenvolvimento do transtorno.

2.2.5 Dificuldades apontadas pelos entrevistados quanto à construção do parque

Os participantes deste estudo discorreram sobre a possibilidade de que algumas pessoas se encaminhem ao parque com o intuito de fazer baderna, usar drogas e depredar: “chegar ao ponto de ter droga, coisa quebrada”. A depredação de equipamentos de lazer é um tema debatido por Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 58-59), destacando que a abertura de espaços de lazer tem sido evitada, “pelo temor dos riscos de depredação”. Nesse sentido, tanto a vigilância quanto as campanhas de conscientização, que envolvam o sentimento de pertencimento, podem ser estratégias para enfrentamento da insegurança, depredação e até mesmo da criminalidade.

Araujo e Andrade (2007) debatem o conceito de comunidade, pontuando que se constitui como um espaço de participação e solidariedade, mas também de conflitos e diferenças. Por isso, a comunidade é dotada de ambiguidade, contudo, vale ressaltar que a elucidação das contradições permite que os conflitos sejam debatidos por meio de diálogo e as diferenças sejam superadas, configurando-se como instrumento de mudança social.

Os participantes ressaltaram que, na localidade em que residem, existe uma pracinha sucateada “que corre mais o risco de você machucar seu filho do que ele brincar”. Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 62) discorrem sobre o sucateamento dos espaços de lazer, afirmando que: “muitas vezes, a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na sua recuperação e revitalização, destinando-lhes a sua função original ou, com as devidas adaptações, outras finalidades”.

Conforme aparece na seção sobre os diários de campo, a seguir, foi possível constatar, pela prática de campo, que a pracinha ressaltada pelos participantes está em condição inadequada, impossibilitando sua utilização pela comunidade: “o parque infantil, que tem um solo de areia lavada, simulando uma areia de praia, possui: um escorrega, duas gangorras e três balanços, porém todos esses equipamentos estão sem condição de uso” (diário de campo).

Parte dos participantes afirmou não enxergar problemas no parque urbano: “*nenhum, não vejo nenhum não*” (E3p1) e “*difícil ver problema... o pessoal tem que aprender a conservar também*” (E3p2). Diante dessa dificuldade de visualizar problema em parque, um participante afirmou: “*Eu não vejo grave, mas conflitos, coisa de criança, alguma coisa assim, todos podem querer usar*” (E8). Mas, outra parte destacou que, sem cuidado, podem ocorrer problemas sim: “*difícil visualizar problema em um parque urbano, mas se não houver a devida fiscalização, pode virar ponto de droga, de prostituição*” (E6) e “*não vejo como um problema, mas se não tiver a segurança pública presente, a própria comunidade pode usar aquilo ali pra virar mais como um ponto de marginalização, as drogas*” (E7).

Os participantes ressaltaram a possibilidade de que as pessoas sujem e destruam o parque: “*Tem pessoas que joga lixo no chão, liga som alto. Hoje tem poluição sonora, antes não tinha, isso é lei hoje. Algumas vão pra curtir o lazer e pra badernar também, beber, pitar um, fazer bagunça*” (E9p1), “*a destruição, né! Por que, por aqui não pode ter nada, que as pessoas destroem*” (E1p1), “*o pessoal começar a desinteressar, começar a quebrar as coisas*” (E2p3) e “*chegar ao ponto de ter droga, coisa quebrada*” (E2p1), o que seria resultado da “*falta de segurança*” (E2p2). Nesse percurso, parte das pessoas não saberia utilizar da forma adequada: “*olha, algumas pessoas vão saber usar, mas tem outras pessoas que não vão saber. Tipo aquelas pessoas que chupam uma bala jogam papel no chão, outros que veem uma coisa bonitinha já quer pegar, destruir*” (E1p2) e “*olha, boa parte, 80% utilizaria ele corretamente. Mas, sempre tem aqueles mais vândalos*” (E3p1).

Essa situação aparece direcionar a preocupação sobre o cuidado do parque: “*depende de como vai administrar, como o povo vai ser instruído*” (E5) e “*como iriam cuidar, né?*”

Zelar?” (E4), assim como foi afirmado que “*vai ser um local público, no caso desse pessoal que gosta de usar essas porcarias, não entram lá não*” (E3p2). Nesse sentido, os participantes ressaltaram a questão da segurança em relação à estrutura física do parque: “*ter um segurança, uma pessoa responsável pelo local*” (E1p1), “*teria que ter segurança, ser um lugar que eu posso ir, você pode ir com sua família e sentir seguro*” (E9p2) e “*não pode ter um vigilante num parque desse não? Uma pessoa para tomar conta?*” (E1p2). No entanto, um participante concluiu que, com segurança, não haverá risco: “*Pode ter algum problema, mas dificilmente vai ter. Por que vai ter uma segurança melhor, vai ter uma iluminação boa. Então acho que não traz nenhum risco*” (E5).

Um participante utilizou como exemplo uma pracinha da região, em que haveria certo controle sobre as situações problemáticas mencionadas: “*Tipo a praça da bíblia, lá em Kennedy, tá muito bonito lá e eu já vi coisa do arco da velha ali, só que eu não deixava, ficava em cima ali, falava ‘oh, vocês quer fumar, vai fumar para lá, vocês querem beber, vai beber pra lá, quer ouvir som alto, vai ouvir som alto pra lá. Aqui não! Aqui tem idoso, tem casal, tem criança, eu quero respeito*” (E9p1).

2.2.6 O parque urbano como espaço de lazer e esporte

2.2.6.1 Lazer

Ao discorrerem sobre um parque urbano, a temática do lazer foi recorrente: “*desestressar, ter um conhecimento diferente, conversa, fazer algo diferente*” (E9p1), e esteve associada a outras temáticas, como família, esporte, natureza e descanso, como demonstram os relatos a seguir: “*para gente espairar, tirar o stress do dia a dia, ver seu filho brincando, se divertindo, não tem dinheiro que pague aquele momento de lazer*” (E1), “*uma área de descanso, a pessoa fica com a cabeça mais fresca*” (E5p1), “*distração! Poder jogar uma bola, levar seu filho pra correr, ficar de boa pegando uma fresca...*” (E3), “*um local de lazer [...], questão de arborização, é... com condições de você ir com sua família, sua criança, ter um lugar para ela brincar, se distrair, é... lazer mesmo*” (E7) e “*ter uma coisa para as crianças se divertirem, sem*

se preocupar muito com o trânsito, com a segurança, ensinando como preservar a natureza” (E2p1).

Nesse sentido, um dos benefícios se refere aos encontros com amigos: *“as pessoas vão para brincar, se divertir, bater papo, encontrar os amigos, você sente um ambiente diferenciado do que uma porta de bar” (E5p2)*, assim como foi destacada a importância de *“atrair diversos públicos” (E2p2)*. Um participante destacou o empoderamento comunitário: *“fortalecimento de vínculo entre familiares, entre filhos, pais. Fortalecimento entre os usuários ali, cidadão, vizinhos, relacionamento interpessoal, acredito. Saúde. Saúde mental... traz muito benefício para saúde mental, física... e qualidade de vida, na verdade” (E8).*

Além disso, alguns participantes mencionaram o lazer relacionado à cultura: *“um momento de lazer, onde você pode se distrair, e pode usar para cultura também. Poderia ter apresentações de teatro, de capoeira, de dança. Acho que é bom para o lazer, a cultura, entretenimento” (E6)* e *“ah, talvez uma pessoa para conversar com as pessoas, que aprende... uma pessoa para contar história” (E5p1)*. Nessa esteira, a natureza constituiria o parque como lugar para fotografar: *“tirar foto, registrar aquilo ali” (E9p2).*

2.2.6.2 Esporte

Foram recorrentes no relato dos participantes as temáticas do “esporte” ou “atividade física”, relacionadas ao parque urbano: *“tinha que ter uma academia” (E5p1)*, *“instrumentos de exercício físico para uma pessoa que não tem condição de pagar uma academia ir lá, exercitar, aquele negócio que é tipo uma bicicleta, um peso, simples, algo assim” (E8)*, *“uma área para os ciclistas, e para os familiares, separados, para não causar aquela colisão, aquele choque” (E3p1)*, *“exercício físico, mas tem também, sei lá, uma pista de skate, ou outro esporte também, talvez uma quadra de areia” (E2p3)* e *“um lugar onde as pessoas tiram para passar uma tarde, uma manhã com seu filho, passear de bicicleta, esses negócio, skate” (E3)*, *“mesa, banco, jardim... tipo um parque do Ibirapuera, mais ou menos, onde as pessoas vão lá e fazem caminhada” (E9p1)*, *“ruazinhas e mesinhas, dentro do parque, onde você pode caminhar como era nossa pracinha antigamente, onde você tinha os lugares para você*

sentar, mas também tinha as ruazinhas para caminhar” (E6) e “um lugar com piscina, cachoeira, pista de skate!” (E3p2).

Os participantes também discorreram, especificamente, sobre a utilização pela população adulta e idosa: *“para nós, adultos, se divertir... tinha que ter alguma coisa pra gente fazer um exercício físico” (E1p1) e “penso que um parque não é só brinquedo. Tem que ter... tipo ‘barra fixa’ tem pessoas que gostam, não só para ficar forte, mas também para saúde, idoso” (E2p3).*

Alguns participantes mencionaram que a localização do parque próxima de sua casa se constitui como um fator que motivará sua utilização: *“Imagina! Na porta de casa!”*. Le Corbusier (2009) defende que o acesso aos parques urbanos, especialmente aos espaços esportivos, deva ser de forma democrática, e, nesse caminho, relata sobre a importância de que os parques sejam localizados próximos das residências, facilitando as atividades físicas: *“tomar um bonde, um ônibus, um metrô, transpor quilômetros com uma maleta na mão? Não, não há esporte possível nessas condições. A quadra de esporte fica ao lado de casa” (LE CORBUSIER, 2009, p. 189).*

Colletet *al.* (2013) também afirmam que um dos aspectos que influenciam a utilização de um parque é a facilidade de acesso ao local, assim como a presença de espaços verdes, referidos: *“ao potencial de não haver poluição atmosférica, visual ou sonora” (COLLET, 2013, p. 19).* Nessa direção, Szeremeta e Zannin (2013, p. 178) afirmam que: *“condições ambientais adequadas são determinantes na utilização de parques para o desenvolvimento de atividades físicas e o lazer”*. E, para Petroski *et al.* (2009), aspectos como a segurança, a facilidade de acesso e a beleza geográfica e arquitetônica estimulam a utilização do parque, assim como a estrutura para atividade física.

De acordo com os participantes deste estudo, o parque urbano possibilita momentos em que se pode *“desestressar”, “espairecer, tirar o stress do dia a dia”, e assim, “a pessoa fica com a cabeça mais fresca”*. Na direção destes resultados, Ferreira (2007) aponta que os parques urbanos possibilitam espaços de recreação, o que reverbera positivamente na saúde mental: *“a rotina cansativa imposta pela vida urbana pode ser*

atenuada por atividades realizadas nos parques, como caminhadas, passeios e brincadeiras, além da possibilidade de convivência entre os moradores nas cidades nesses espaços” (FERREIRA, 2007, p. 22).

Assim, se ilustra a relação entre os direitos sociais ao lazer e à saúde, sendo que o primeiro reverbera no segundo. Conforme Gomes e Oliveira (2020), os parques garantem a conservação ambiental e a recuperação de áreas desmatadas, mas, além disso, proporcionam benefícios à saúde de seus usuários: “por conseguinte, os discursos que exaltam a qualidade de vida os proclamam como locais de lazer ativo e contemplativo, proporcionando benefícios à saúde física e mental” (GOMES; OLIVEIRA, 2020, p. 442).

Os participantes relacionaram a atividade física ao parque urbano, com destaque para aparelhos de academia: “instrumentos de exercício físico para uma pessoa que não tem condição de pagar uma academia ir lá exercitar tipo uma bicicleta, um peso, simples”. Nesse sentido, Szeremeta e Zannin (2013, p. 179) relatam que os parques urbanos podem ser entendidos como “academias ao ar livre”, contribuindo na “[...]redução da prevalência de sedentarismo e auxiliar na promoção da saúde e bem-estar, além de possibilitar o aumento do nível de atividade física dos ativos” (SZEREMETA; ZANNIN, p. 178). Segundo os autores, o sedentarismo aumenta o risco de disfunções crônico-degenerativas, o que, além de uma questão pessoal ou familiar, se torna social, já que eleva os custos econômicos dos sistemas de saúde.

Colletet *al.* (2008) destacam alguns benefícios de atividades físicas, como baixas taxas de diabetes e hipertensão, além da diminuição do risco de doença arterial-coronariana e osteoporose. Assim, os autores ponderam sobre a importância de estruturar um ambiente para estimular a prática cotidiana de exercícios físicos: “um dos grandes desafios da atualidade está em estabelecer e manter ambientes saudáveis que estimulem a prática regular de atividades físicas” (COLLET *et al.*, 2008, p. 16). Segundo Fermino, Reis e Cassou (2012), a prática de atividades físicas, inclusive as de maior desempenho, está relacionada a disponibilidade de estrutura adequada, como “pistas de caminhada e outros espaços de lazer” (FERMINO; REIS; CASSOU, 2012, p. 386).

A relação entre lazer e atividade física, no contexto dos parques urbanos, é trabalhada por Petroski *et al.* (2009), uma vez que essa articulação possibilita uma série de benefícios individuais e coletivos: “por isso, a construção e revitalização destes locais têm recebido especial atenção por órgãos internacionais como forma de promover e incentivar um estilo de vida ativo [...]” (PETROSKI *et al.*, 2009, p. 18). Para os autores, a facilidade de acesso aos parques se constitui como importante aspecto nessa discussão, pois, nessa vertente, a acessibilidade favorece a prática de atividades físicas.

Neste estudo, a comunidade pesquisada carece de parque urbano, e, quando questionados sobre atividades nas horas vagas, parte dos participantes respondeu permanecer “em casa, na televisão e no celular”. A alegação, até óbvia, da ausência de espaços destinados ao lazer foi abordada por Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 61): “essa falta de espaços de lazer contribui para o enclausuramento das pessoas, que, por não ter opções de lazer nos logradouros públicos, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico”. Nesse sentido, os participantes afirmaram, até com certa veemência, que utilizariam o parque, o que pode ser entendido pela localização próxima de suas residências, facilitando o acesso, mas também a ausência de outros espaços que possam servir como locais de lazer, tendo em vista que a pracinha da região foi descrita como sucateada.

Nos resultados, os participantes ressaltaram a necessidade de segurança no parque, para “*você pode ir com sua família e sentir seguro*”. Trata de um aspecto importante de ser debatido, pois “o lazer como esfera de manifestação humana é pleno de possibilidades, inclusive de violência” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p. 60). Ao mesmo tempo, os participantes apresentaram receio em relação à segurança no parque: “*teria que ter alguém para vigiar*”. Nesse contexto, Petroski *et al.* (2009) relatam que a segurança é um aspecto determinante para a utilização do parque pelas pessoas: “a falta de segurança no ambiente de lazer e no contexto que cerca o local, como nas ruas próximas e no bairro, são aspectos que impedem as pessoas de se exercitarem” (PETROSKI *et al.*, 2009, p. 27).

Demo (2006) discorre sobre o aspecto dialógico envolvido na pesquisa científica, ressaltando que, nesse sentido, o diálogo é marcado por opiniões que evidenciam o consenso, mas também demonstram a presença de contradições na comunicação nos espaços públicos. É por meio do diálogo, inclusive, que os conflitos surgidos, como a insegurança, por exemplo, podem ser socializados, para que a maior quantidade possível de pessoas possa ter acesso à informação e assim, participar de sua resolução. O diálogo é, sobretudo, uma comunicação em uma sociedade marcada por desigualdades de diversas ordens – trata do encontro de atores sociais que, no caso deste estudo, foi marcado pelos participantes e pelo pesquisador.

A pesquisa interventiva é fundamentada pela relação entre atores sociais, como entre participantes e pesquisador, em busca de um interesse em comum, que é a comunicação sobre um determinado objeto em questão, neste caso, a construção e uso do parque urbano. Baptista, Noguchi e Calil (2006) destacam que a pesquisa interventiva envolve dois aspectos, os quais estiveram presentes no presente estudo: o interesse e disponibilidade dos participantes no desenvolvimento da pesquisa, assim como uma relação de cooperação destes com o pesquisador.

Portanto, as indagações e trocas de informações sobre a construção do parque na comunidade possibilitaram que os participantes refletissem sobre aspectos ligados à construção e também sobre a futura utilização do parque na comunidade. Além das expectativas, os participantes relataram também situações atuais que atravessam seu cotidiano, como o sucateamento dos espaços públicos e a ausência de espaços destinados ao lazer.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
Fossem somente crianças*

“A cidade ideal”(Sergio Bardotti,Luis Enrique Bacalov, Francisco Buarque de Holanda).

Conhecer o imaginário da população local sobre parques urbanos, assim como identificar os principais aspectos que devem estar presentes nesse espaço e as concepções sobre sua utilização pelos participantes, permitiu a obtenção de informações que expandiram o desfecho da obra numa expectativa que não era aguardada. O Lazer como temática principal e a importância da sua providência como forma de desenvolvimento humano, fez com que fosse possível efetivar considerações extremamente relevantes.

A pesquisa oportunizou o conhecimento sobre o cotidiano dos participantes, bem como a vivência desses em sua realidade, comprovando que a técnica foi condizente com os objetivos, de abstrair algo que não se encontrava aparente no ambiente pesquisado e nos sujeitos coexistentes a esse. O método se mostra oportuno, podendo contribuir para outros trabalhos que assumam uma determinada realidade cotidiana como campo de estudo, pesquisando medidas para a superação de problemas sociais.

Além disso, a pesquisa, caracterizada pelo aspecto interventivo, permitiu o desenvolvimento do sentimento de pertencimento nos participantes, isto é, fez com que os participantes se sentissem pertencendo à pesquisa, vendo um significado neste e se empenhando em suas respostas, já que havia um interesse em comum, entre pesquisador e participantes. Vale lembrar que os participantes são habitantes da comunidade pesquisada (assim como o pesquisador, que mora nas imediações das casas populares) e possuem real interesse nas questões propostas pela pesquisa, sobre a construção do parque.

Com as entrevistas foi possível conhecer as perspectivas dos entrevistados, identificando suas concepções sobre parques urbanos, as condições desse ambiente para sua serventia e as práticas admissíveis de utilização. Paralelo as entrevistas, foram registradas imagens do campo estudado por meio de fotografias realizadas pelo pesquisador, complementando-as. A rodagem de imagens é uma forma de evidenciar ainda mais um conteúdo, internalizando e edificando conhecimento. A utilização de imagens como recurso metodológico possibilitou uma leveza nas informações, sem perder o rigor necessário ao método. Diante disso, fica a sugestão de que outras pesquisas sejam realizadas utilizando imagens, mas também, registros cinematográficos.

O desenho do projeto, em seu princípio, apresentava uma grande preocupação, pelo fato de se debruçar em um tema ocioso, desnecessário e, aparentemente, fora do dever de uma política pública. Pesquisar sobre a transformação de espaços vazios, lazer, tempo livre, arquitetando isso com qualidade de vida e desenvolvimento humano, teve, em seu início, um resquício de falta de senso, uma espécie de tolice. Mas aos poucos foi possível verificar que a pesquisa estava recobrando, descobrindo uma área desprovida de consideração, de crédito, e que estava diante de um assunto significativo, moderno e apropriado para a instrumentalização do desenvolvimento local, para a prosperidade da cidade.

Enquanto cientistas políticos, a pesquisa proporciona, em seu encerramento, um sentimento de privilégio a partir do pressentimento de missão cumprida, encaminhando um tema dos arredores para o centro das políticas públicas municipais. Foram demonstrados argumentos, conhecimentos, evidências, experiências e descobertas que, antes desse trabalho, eram inválidas e descartáveis.

Para os moradores da comunidade pesquisada ficou a expectativa de melhoramento do território, do ambiente de moradia e a possibilidade real de, mesmo diante da realidade presente, entender que é verdadeiro e possível o seu aprimoramento. Em alguns momentos foi percebido um sonho coletivo, o encantamento pelo projeto, onde muitos indagavam se aquele plano sobre a construção do parque seria materializado. É importante pensar na dotação orçamentária, vigente no plano pluriannual, para a

realização de melhoria dos espaços. Sem isso, se mostra impossível a sua concretização.

Frente à grade curricular do mestrado, foi percebida a importância de uma disciplina específica que tenha a cidade como sua centralidade, trabalhando autores clássicos, alguns dos quais, utilizados nesse trabalho.

Aqui se sugere que o trabalho seja exibido publicamente, em esferas públicas, como câmara de vereadores, ou por meio de fóruns temáticos sobre desenvolvimento das cidades, desenvolvimento humano, alternativas de enfrentamento a problemas sociais, entre outros. A divulgação em formato de devolutiva para os moradores, ou informativo para a população, marcaria o seu florescimento, contagiando diferentes atores, como atores políticos, acadêmicos e sujeitos que habitam a cidade.

Por fim, é preciso atentar também para a dilação do prazo para construção do parque em São Paulinho, que inicialmente estava prevista para 2021, mas foi adiada para 2024, dificultando, conseqüentemente, a garantia do direito ao lazer.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAUJO, M. D. de; ANDRADE, A. N. de. Política, comunidade e controle social. In: ROSA, E. M. et al. (Orgs.). **Psicologia e Saúde: Desafios às políticas públicas no Brasil**. Vitória: Edufes, 2007.

AREIAS, K.V.; BORGES, C.N.F. As políticas públicas de lazer na mediação entre Estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Rev Bras Cienc Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 573-588, jul./ set. 2011.

BAPTISTA, M. T. D. S.; NOGUCHI, N. F. de C.; CALIL, S. D. B. W. A pesquisa interventiva na psicologia: análise de três experiências. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 7, ago. 2006.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis, RJ, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Presidência da República, 2020a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods#:~:text=Chegou%2Dse%20a%20um%20acordo,infraestrutura%2C%20redu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades%2C%20cidades>. Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Ministério do Desenvolvimento Regional. Governo Federal. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/politica-nacional-de-desenvolvimento-urbano>. Acesso em: 05 dez. 2020.

CAMARGO-BORGES, C. Criatividade e imaginação: a pesquisa como transformação de mundo! **ARJ – ArtResearch Journal / Revista de Pesquisa em Artes**, v. 7, n. 2, 26 out. 2020.

CANTERA, L. R. El primer parque urbano de Zaragoza: el Parque Pignatelli, historia y diseño. **Arte y Ciudad - Revista de Investigación**, n. 10, p. 159-186, 2016.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. 5 ed Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 - 2001.

COLLET, C.; MUNIZ, B.; REIS, R. S.; NASCIMENTO, J. V. Fatores determinantes para a realização de atividades físicas em parque urbano de Florianópolis. **Rev Bras Ativ Fís Saúde**, v. 13, n. 1, p. 15-23, 2013.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, P. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. São Paulo: Cortez, 2006.

DE PELLEGRIN, Ana. **Os contrastes do ambiente urbano: espaço vazio e espaço de lazer**. 1999. 177p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 1999. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/274853>. Acesso em: 17 out. 2021.

ECHEGARAY, F. O papel das pesquisas de opinião pública na consolidação da democracia. **Opinião Pública**, Campinas, v.7, n.1, p. 60-74, 2001.

FARR, D. **Urbanismo sustentável - desenho urbano com a natureza**. 1.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FERMIJNO, R. C.; REIS, R. S.; CASSOU, A. C. Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, **Brasil. Rev. bras. cineantropom. desempenho hum.**, v. 14 n. 4, 2012.

FERREIRA, L. I. E. P. Parque Urbano. **Revista Paisagem Ambiente – ensaios**, São Paulo, n. 23, p. 20-33, 2007.

FLICK, U. Introdução à Coleção Pesquisa Qualitativa. In: ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante** (pp. 07-11). Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANELLA, BJ; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP), São Paulo, v.24, p.17-27, 2008.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto [online]. v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GOMES, M. A. S.; DE OLIVEIRA, J. A. Usos y desusos del parque urbano en escala metropolitana: um estúdio del perfil de losusuáriosdel Parque Tejo en Lisboa (Portugal). **Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.**, Bogotá, v. 29, n. 2, p. 440-454, dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v29n2.78803>.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006.

HARVEY, D. O Direito à Cidade. **Folha de São Paulo** – Piauí, edição 82, julho de 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 15 set. 2020.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.** São Paulo, n. 118, p. 189-206, 2003.

LA ROCQUE, E. Democracia e Informação. In: FILHO, C. de B. et al. **Política: nós também sabemos fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava-PR, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

LUNA, S.V.de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 1997.

LUZ, G. M. do; KUNHEN, A. O Uso dos Espaços Urbanos pelas Crianças: Explorando o Comportamento do Brincar em Praças Públicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 3, p. 552-560, 2013.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. **Impulso**, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 55-66, 2006.

MARTINEZ-VALDES, V.; SILVA RIVERA, E.; GONZALEZ GAUDIANO, E. J. Parques urbanos: un enfoque para su estudio como espacio público. **Intersticiosociales**, Zapopan, n. 19, p. 67-86, 2020.

MICHAELIS. **Dicionário de Língua Portuguesa – Lazer**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/lazer/>. Acesso em: 17 out. 2021.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo, SP: Hucitec, 2004.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 13, Supl. 2, p. 21-32, 1997.

OLIVEIRA, F. L. O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo. **Arquitextos**, v. 10, 2010.

OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 17-33.

PETROSKI, E.L. et al. Estágios de mudança de comportamento e percepção positiva do ambiente para atividade física em usuários de parque urbano. **Motri.**, v. 5, n. 2, p. 17-31, 2009.

PRISELENTE KENNEDY. **Lei complementar nº 17, de 26 de outubro de 2018.** Dispõe sobre a organização do espaço territorial do Município de Presidente Kennedy, conforme determina o disposto no art. 182 da CRFB de 1988 e o art. 39 c/c arts. 40, 41, 42 do Estatuto da Cidade - Lei 10. 257 de 2001. Disponível em: <http://legislacaocompilada.com.br/kennedy/Arquivo/Documents/legislacao/image/C172018.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

PRESIDENTE KENNEDY, ES. **Casas na comunidade de São Paulo serão entregues no final do mês de junho [online].** Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, 2020. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/noticia/ler/2701/casas-na-comunidade-de-sao-paulo-serao-entregues-no-final-do-mes-de-junho>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY, ES. **Dilação de prazo para construção de parque urbano.** Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação. Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, 2021. https://timpes-my.sharepoint.com/personal/jagomes_mpes_mp_br/Documents/Anexos/PA%202019.0035.1131-23.pdf.

RACIONAIS MC'S. **Fim de semana no parque** (BROWN, Mano; ROCK, Edi). Raio X do Brasil. Zimbabwe Records, 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=37uL-WfTBx0>. Acesso em: 16 set. 2020.

RIBEIRO NETO, P. M.; AVELLAR, L. Z. Etnografia, comunidade e saúde mental. In: MACEDO, R. M. S.; KUBLIKOWSKI, I.; MORE, C. L. O. O. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa no contexto da família e comunidade: experiências, desafios e reflexões.** Curitiba: Editora CRV, 2018.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. A imagem recolocada: pensar a imagem como instrumento e análise de pensamento coletivo. **Illuminuras**, Porto Alegre, v.2, n.3, p.2-13, 2001. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9119/5232>. Acesso em: 17 out. 2021.

SANTOS, T. B. dos; NASCIMENTO, A. P. B. do; REGIS, M. de M. Áreas verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, p. 363-388, 2019.

SARTORI, L. M.; SILVA, L. P. da. Apropriação de Equipamentos Públicos de Lazer por Usuários de Bicicleta. **Licere**, v. 21, n. 3, 2018.

SILVA, G. C.; LOPES, W. G. R.; LOPES, J. B. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambient. constr. (Online)**, v. 11, n. 3, p. 197-212, 2011.

SILVA, A. A. M. da; MINAYO, M. C. de S.; GOMES, R. Epidemiologia, ciências sociais e políticas de saúde no enfrentamento da COVID-19. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 25, supl. 1, p. 2392, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11152020>.

SILVA, J. V. P. da; SILVA, D. S.; SAMPAIO, T. M. V. Políticas Públicas de Esporte em Parques e a Inclusão de Pessoas com Deficiência. **Licere**, v. 21, n. 4, 2018.]

SZEREMETA, B.; ZANNIN, P.H.T. A Importância dos Parques Urbanos e Áreas Verdes na Promoção da Qualidade de Vida em Cidades. **R. Ra'e Ga**, Curitiba, v. 29, dez, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747/21483>. Acesso em: 15 set. 2020.

ONU. **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil** – 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 17 out. 2021.

WICKERT, A. P. **Planejamento urbano e espaços públicos**: parques como ferramentas de transformação social. ArchDaily Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/928652/planejamento-urbano-e-espacos-publicos-parques-como-ferramentas-de-transformacao-social>. Acesso em: 21 jun. 2020.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você sabe o que é um parque urbano?
2. Você sabia que sua comunidade foi habilitada a construção de um parque urbano?
O que você pensa sobre isso?
3. Para você, o que um parque urbano deve ter?
4. Quais são os principais benefícios de um parque urbano?
5. Quais os principais problemas de um parque urbano?
6. Você utilizaria o parque urbano?
7. Como você imagina a utilização do parque urbano pelas pessoas?
8. O que você faz no seu tempo livre? Por quê?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **CONCEPÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE UM PARQUE URBANO EM PRESIDENTE KENNEDY, ES**, sob a responsabilidade do pesquisador **LEONARDO FURQUIM FERNANDES**.

JUSTIFICATIVA: Os parques possuem funções, constituindo lugares agradáveis, com áreas verdes, dispoendo marcos competentes para redução dos problemas da cidade e concebendo benefícios aos seus habitantes. A importância dos parques dentro das estruturas urbanas se relaciona à sobrevivência e desenvolvimento das cidades do futuro, devido as suas funcionalidades ecológicas, sociais e econômicas (FERREIRA, 2007; SILVA; LOPES; LOPES, 2011; SZEREMETA; ZANNIN, 2013). Foi a partir do processo de urbanização que os parques públicos se tornaram notórios, não sendo apenas áreas verdes e deixando a população mais próxima da natureza, mas exercendo uma função social, mostrando sua real importância. Tem-se hoje um conceito equivocado sobre “espaços públicos”, visto como um espaço de ninguém, subutilizados, mas que quando bem empregados demonstram forte ferramenta de transformação e estabilização social, “como pontos nodais de uma política que pensa em devolver ao cidadão o direito à cidade”. (WICKERT, 2019, s/p).

OBJETIVO (S) DA PESQUISA:

OBJETIVO PRIMARIO (GERAL)

Analisar as concepções sobre parques urbanos que permeiam na comunidade de São Paulo em Presidente Kennedy, ES, visando contribuir com subsídios para o aprimoramento da política de desenvolvimento urbano em acordo com as necessidades sociais dos habitantes locais.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS (ESPECÍFICOS)

- Conhecer as concepções sobre os parques urbanos;
- Identificar por meio das concepções, os principais aspectos que devem estar presentes em um parque urbano;
- Apreender as concepções sobre os principais aspectos inerentes à utilização do parque urbano.

Rubrica do participante/responsável

Rubrica do pesquisador responsável

PROCEDIMENTOS: Para responder aos objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa fundamentada pela perspectiva etnográfica em uma comunidade onde foi facultada a construção de um parque urbano. De acordo com Günther (2006), a pesquisa qualitativa amparada pela etnografia proporciona observar o comportamento social como este “ocorre naturalmente em âmbito real” (p. 204).

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: A pesquisa ocorrerá a partir da aprovação do CEP, previsto para iniciar em fevereiro do ano de dois mil e vinte um (2021) com os habitantes locais do bairro de São Paulo, município de Presidente Kennedy, ES, localidade que presume a construção de um parque urbano.

RISCOS E DESCONFORTOS: Como toda pesquisa com seres humanos, a proposta do pesquisador apresenta possibilidade de danos à dimensão psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual., visto que envolve realização de entrevistas com gravação. No entanto, todas as situações que estão ao alcance de serem controladas, o pesquisador se compromete em manter em todo processo de pesquisa o sigilo, a confidencialidade das informações, o respeito ao participante em sua dignidade e autonomia, sem discriminação de qualquer natureza, sem invasão de sua privacidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida, levando em consideração o tempo e o ambiente para a entrevista. Acrescenta-se que qualquer tipo de risco e desconforto foi evitado pelo pesquisador, que possui formação na área da Psicologia e tem domínio sobre a metodologia e sabe atuar de forma a reduzir ao máximo as possibilidades de oferecer quaisquer riscos aos participantes.

BENEFÍCIOS: A Constituição Federal do Brasil (CF) estabelece em seu artigo 182: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988, s/p). Nesse sentido, esse projeto almeja fortalecer a garantia do bem-estar expresso na CF, assim como possibilita o direito à saúde, estabelecido em seu artigo 196, o qual é dever do Estado e deve ser efetivado mediante políticas sociais. Além disso, a produção de conhecimento científico a partir das concepções de habitantes locais permite a fundamentação de políticas de desenvolvimento urbano que atendem às demandas da comunidade estudada.

Rubrica do participante/responsável

Rubrica do pesquisador responsável

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: O pesquisador se responsabiliza pelo acompanhamento e pela assistência imediata e integral às participantes da pesquisa, que em decorrência de complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, do estudo, sem ônus de qualquer espécie, em situações em que dela necessitem.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO: O (a) entrevistado (a) não é obrigado (a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizada ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, a pessoa do entrevistado não será mais contatada pelo pesquisador.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE: O pesquisador se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO: A participação na pesquisa se dará de forma espontânea, sem que acarrete para os (as) envolvidos (as) qualquer incentivo ou ônus, haja vista que os instrumentos, bem como a metodologia adotada, têm a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso do estudo.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO: Conforme descrito na lei civil, fica garantido ao participante o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o (a) LEONARDO FURQUIM FERNANDES nos telefones (28) 9 9955 7791 ou Rua Principal, 29, Bairro São Paulo, Presidente Kennedy, ES. Você também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Ciências da Saúde-EMESCAM (CEP/EMESCAM) através do telefone (27) 3334-3586, e-mail comite.etica@emescam.br ou correio: Av. N. S. da Penha, 2190, Santa Luiza – Vitória – ES – 29045-402. O CEP/ EMESCAM tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a quinta-feira das 13:30h às 17h e sexta-feira, das 13:30h às 16h. E-mail: leonardofurquim@gmail.com

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste

Rubrica do participante/responsável

Rubrica do pesquisador responsável

estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo pesquisador principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Presidente Kennedy, ES, _____ de _____ de _____.

Participante da pesquisa /Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa CONCEPÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE UM PARQUE URBANO EM PRESIDENTE KENNEDY, eu, LEONARDO FURQUIM FERNANDES, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisador

Rubrica do participante/responsável

Rubrica do pesquisador responsável